

Angola
Issa Vitor Crespo a Kampala e Dar-es-Salaam

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Kampala...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Dar-es-Salaam...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Luanda...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Luanda...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Luanda...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Luanda...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Luanda...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Luanda...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Luanda...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Luanda...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Luanda...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Luanda...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Luanda...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Luanda...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Luanda...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Luanda...

Angola
O primeiro ministro angolano, Issa Vitor Crespo, chegou a Luanda...

CR decide e acciona medidas de autoridade

CR decide e acciona medidas de autoridade
O Conselho Revolucionário decidiu adoptar medidas de autoridade...

EFTA apoia Portugal com 2,9 milhões de contos

EFTA apoia Portugal com 2,9 milhões de contos
A Comunidade Europeia de Comércio Livre apoia Portugal...

PS prepara a denuncia do pacto MFA/partidos?

PS prepara a denuncia do pacto MFA/partidos?
O Partido Socialista prepara a denuncia do pacto MFA/partidos...

Mário Soares ao EXPRESSO:
- Simos não em Governo PS/MFA se nos obrigarem a isso -



Mário Soares ao EXPRESSO:
- Simos não em Governo PS/MFA se nos obrigarem a isso -

Mário Soares ao EXPRESSO:
- Simos não em Governo PS/MFA se nos obrigarem a isso -

Vitor Crespo fala ao EXPRESSO em Kampala:
-Quanto a independencia de Angola não encontro interferencia de outros países e PPO, PC e PS-

Vitor Crespo fala ao EXPRESSO em Kampala:
-Quanto a independencia de Angola não encontro interferencia de outros países e PPO, PC e PS-

Vitor Crespo fala ao EXPRESSO em Kampala:
-Quanto a independencia de Angola não encontro interferencia de outros países e PPO, PC e PS-

Alexandro Cordoeu entrevista em Geneve e min. Jergo Cingulins sobre a ajuda da EFTA a Portugal

Alexandro Cordoeu entrevista em Geneve e min. Jergo Cingulins sobre a ajuda da EFTA a Portugal

Alexandro Cordoeu entrevista em Geneve e min. Jergo Cingulins sobre a ajuda da EFTA a Portugal

O caso Ferreira da Cunha continua em situacao de impasse politico

O caso Ferreira da Cunha continua em situacao de impasse politico
O caso Ferreira da Cunha continua em situacao de impasse politico...

O caso Ferreira da Cunha continua em situacao de impasse politico
O caso Ferreira da Cunha continua em situacao de impasse politico...

O caso Ferreira da Cunha continua em situacao de impasse politico
O caso Ferreira da Cunha continua em situacao de impasse politico...

O caso Ferreira da Cunha continua em situacao de impasse politico
O caso Ferreira da Cunha continua em situacao de impasse politico...

A. de Oficiais da Armada contesta criterio de saneamentos

A. de Oficiais da Armada contesta criterio de saneamentos
A. de Oficiais da Armada contesta criterio de saneamentos...

A. de Oficiais da Armada contesta criterio de saneamentos
A. de Oficiais da Armada contesta criterio de saneamentos...

A. de Oficiais da Armada contesta criterio de saneamentos
A. de Oficiais da Armada contesta criterio de saneamentos...

A. de Oficiais da Armada contesta criterio de saneamentos
A. de Oficiais da Armada contesta criterio de saneamentos...



OMEGA Dynamic
Um relógio que se renova. É jovem! É moderno!



Angola leva Vítor Crespo a Kampala e Dar-es-Salam

KAMPALA (Do nosso enviado Augusto de Carvalho). Um governo de unidade nacional para Angola, constituído por personalidades, foi a proposta apresentada em Kampala pela delegação de Moçambique, presidida pelo seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano. Esse Governo deveria garantir a independência total, livre de ingerências estrangeiras e seibir, no plano externo, uma política de não alinhamento.

No plano interno deveria ter como primeira finalidade em vista, estabelecer a ordem, a paz e a reconstrução nacional.

Naturalmente que ao falar-se de ingerências externas se fez a exigência da retirada de todas as forças comumente indicadas como estando a actuar naquele território, com relevo para a África do Sul.

Este governo pretendia-se transitório até à obtenção da estabilidade política que permitisse a constituição de um governo definitivo.

A proposta foi feita perante a Comissão do Bureau Político da OUA, estando presentes as delegações da UNITA, da FNLA, do MPLA e o ministro Vítor Crespo que discursou na mesma sessão. Aliás, com ela consoante os encontros de Vítor Crespo e Joaquim Chissano que convenceram, por mais de uma vez à margem da Conferência. Este governo deveria em princípio ser reconhecido pelos três Movimentos, mas não seria um governo de coligação.

Vítor Crespo, no discurso que pronunciou perante a Comissão do Bureau Político, referiu as teses sobre descolonização portuguesa que já são conhecidas dos nossos leitores (ver a este respeito entrevista nas págs. 16 e 17).

Condenou ainda o recurso às armas para a solução do conflito, entendendo que deve ser encontrada uma solução no seio das forças políticas angolanas, solução que conduza rapidamente à formação de um governo progressista e de unidade nacional, que não só garanta a estabilidade social e a libertação do povo de Angola numa via de autêntica libertação nacional, livre de ingerências externas, como também tenha em vista o papel que Angola deve desempenhar na luta mais geral de libertação e de progresso de todos os povos da África Austral.

Apelo ainda para uma solução autenticamente patriótica e que Angola tenha de se manter progressista para não trair (mas antes fomentar) as lutas de libertação que se desenvolvem na África, comparando essa luta com aquela que Portugal continua a prosseguir para a sua libertação total e completa, em comumhão com as lutas de todos os povos subdesenvolvidos do Mundo, dos quais também nós fazemos parte em certa medida.

Para apreciar a proposta apresentada, às representações dos respectivos Movimentos, terão que se reunir, de novo, pois só a UNITA tinha delegação para resolver por si. Entretanto, quer da parte desta, quer da FNLA, houve certas atitudes positivas de aceitação e da parte do MPLA não pareceu não haver aceitação.

Vítor Crespo partiu depois para Dar-es-Salam juntamente com Joaquim Chissano, em avião posto à sua disposição por lá Amis e em cujo aeroporto fez uma conferência de imprensa largamente reportada nos jornais locais, em muitos estrangeiros, excepto nos portugueses, pelo que vimos.

Nessa conferência mostrou a distinção entre a descolonização portuguesa e a britânica, aliás, de acordo com as expressões de Joaquim Chissano em entrevista que publicamos na quarta-feira, dia 5.

O encontro com o Presidente Nyerere foi de extrema estabilidade, e Vítor Crespo teve ocasião de explicar ao Presidente da Tanzânia a posição portuguesa pela qual, segundo fomos informados em ambientes do Palácio Presidencial, mostrou grande compreensão.

Nyerere resolveu também mandar o seu Embaixador a Moçambique, a fim de participar na conferência que hoje se realiza em Lourenço Marques entre o MPLA e os novos países de língua portuguesa. Nyerere parece ter concordado também com a proposta apresentada em Kampala. Embora os países que normalmente apoiam o MPLA estejam resolvidos, como é o caso de Moçambique, a secundá-lo na posição que tomar, seja ela qual for, entendem a avaliar pelo conhecimento que temos de alguns, que apoiar hoje o MPLA é propôr-lhe uma solução política para o caso angolano, até porque o desenvolvimento militar no terreno angolano visões realistas e prudentes.

Entretanto em Kampala ainda ficou reunida a Comissão de Defesa da OUA, a discutir as formas que tomem efectivo o cessar-fogo que ainda continua, apesar de todos os apelos.

De salientar ainda que a imprensa portuguesa se alheou, quase por completo, de todas estas diligências e a própria Televisão no telejornal das 20.30 h, de ontem à noite, nem sequer se referiu à presença de Vítor Crespo em Dar-es-Salam que ontem já vinha relatada em muitos jornais estrangeiros.

«O Século» (verdadeiro) sairá na 2.ª-feira

OS TRABALHADORES da SNT em luta pela aplicação do referendo farão sair, a partir da próxima segunda-feira, sob a Direcção do jornalista Róby Amorim, o verdadeiro "O Século", segundo nos afirmaram fontes próximas ao grupo daqueles trabalhadores que vêm lutando contra a minoria afecta ao PCP que actualmente faz publicar um jornal com o mesmo título, sob a Direcção de Francisco Lopes Cardoso. "O Século" (verdadeiro) terá, por agora, oito páginas em formato tabloide e será redigido pela maioria dos trabalhadores da Sociedade Nacional de Tipografia que apoiam o referendo (ver mais informações pág. 12).

CR decide e acciona medidas de autoridade

A ÚLTIMA reunião do Conselho da Revolução foi dividida em duas partes, estando presentes na primeira todo o Governo. Nesta primeira parte, que terminou perto das dez horas, teve como traço dominante o estudo das condições necessárias para garantir ao Governo os meios de intervenção indispensáveis. Durante a reunião, houve uma ampla participação de todos os ministros e definiu-se um consenso claro quanto à necessidade de reforçar este Governo, na medida em que é considerado como a única alternativa de esquerda e, portanto, base da construção do socialismo em Portugal.

A possibilidade de novas alianças

De acordo com a opinião de um elemento militar presente, a questão de uma eventual recomposição do VI Governo, muito debatida recentemente nos meios político-militares, foi efectivamente considerada ao longo das sucessivas análises da situação feitas pelos diversos intervenientes nesta reunião conjunta.

De facto, considerou-se indispensável analisar cuidadosamente o período de forte instabilidade que se atravessa em Portugal de modo a chegar a

uma conclusão quanto à sua efectiva importância em termos da base social de apoio ao processo revolucionário.

Ainda segundo a mesma fonte, estabeleceu-se um consenso generalizado quanto ao diminuto significado social deste movimento de «poderes paralelos», quanto à crescente hostilidade que estes movimentos de perturbação provocam na população portuguesa (pondo em risco as conquistas já realizadas e oferecendo argumentos para a extrema-direita) e quanto à manipulação que forças políticas de diversos quadrantes fazem destes tipos de acção contra os poderes estabelecidos.

Tendo em conta estas conclusões e tendo-se, mais uma vez, referido a necessidade de respeitar os princípios da democracia política, este elemento do CR considerou que se reforçou a ligação entre o VI Governo e as posições assumidas pelo Conselho da Revolução, pelo que não têm qualquer significado concreto as especulações que se têm feito sobre as hipóteses de recomposição do VI Governo. Contudo, foi sublinhada a necessidade de um apoio mais eficaz por parte das forças políticas representadas às medidas tomadas pelo Governo e a defesa intransigente de uma linha poli-

tica que, de acordo com as condições de Portugal, consolide o caminho para o socialismo.

Intimidação aos militares

Ainda durante esta primeira fase foi analisada a pressão de intimidação que se tem vindo a exercer sobre os militares do Quadro Permanente, de que o exemplo imediato que foi discutido é o do tenente-coronel Ferreira da Cunha.

Este tipo de ataques é considerado como uma forma de aviso e de chantagem em que certas forças políticas estão interessadas para poderem neutralizar a acção de defesa dos princípios democráticos que as Forças Armadas estão dispostas a garantir a todo o custo.

A estas manobras de intimidação, os militares presentes afirmaram ser necessário opor a mais viva resistência, não porque, na sua opinião, a continuação destes processos constitui a forma mais evidente e rápida de atirar muitos militares para posições que acabarão por ser aproveitadas pela extrema-direita.

Na verdade, depois de uma guerra colonial de catorze anos será fácil encontrar, para qualquer militar do Q. P., acções menos correctas e que poderão ser utilizadas contra eles sempre que expressarem opiniões ou tomarem decisões que não sejam do agrado das forças políticas que estão a desencadear estas manobras de intimidação.

Alguns membros do CR fizeram mesmo descrições, perante todos os ministros, de acções que desenvolveram durante a guerra e que, a continuar este processo de intimidação, poderiam ser referidas publicamente e fora do contexto em que foram desenvolvidas com o evidente objectivo de neutralizar a sua acção politico-militar.

Foi ainda referido que a continuação destes tipos de ataques acabaria por desmembrar todo

Continua na pág. 12

CR acompanhou as operações no MCS e na RR

3

Continuação de pag. 7

O Q. P. na medida em que nenhum militar de carreira está isento de acusações semelhantes. Portanto, o que está por detrás destas manobras, em sua opinião, é uma estratégia de ataque frontal às Forças Armadas portuguesas que, de libertadores do povo português, passaram a ser o mais sério obstáculo às intenções não democráticas de algumas forças políticas.

Reforço de autoridade

A conclusão mais importante, mas de certo modo esperada, desta reunião conjunto terá sido a garantia dada pelo CR ao Governo de que haveria um reforço de autoridade e de que as forças militares e militarizadas seriam devidamente equipadas de forma a estar assegurada a sua operacionalidade.

Em seguimento desta decisão, houve posteriormente um telefonema de um membro da CR para o Depósito Geral de Material de Guerra, onde se fazia uma reunião com a presença do brigadeiro Sacramento Marques e de representantes do GDE, para dar conhecimento e ordenar o cumprimento de um plano de entrega de armas a forças militares e militarizadas.

Interrupção para ver Soares e Cunhal

Terminada a primeira parte da reunião, e depois de um jantar em que ainda estiveram presentes membros do Governo, os conselheiros assistiram a parte do debate na TV entre Soares e Cunhal. Curiosamente, segundo fonte fidedigna, evitaram-se os comentários à margem do programa que, entretanto, foi considerado pela mesma fonte como muito importante e provavelmente decisivo para o período difícil que se atravessa.

A questão

Da Renascença

Nos contactos estabelecidos com elementos do CR a questão fundamental que queremos ver esclarecida era a da acção militar contra a «Rádio Renascença», que veio introduzir uma dimensão nova na situação política interna.

No entanto, fomos informados de que essa decisão já tinha sido tomada há muito tempo, na sequência da acção feita dos estúdios da Burca. De facto, este ponto não teria sequer sido discutido especificamente na reunião do CR que se realizou ao longo da madrugada.

A ordem de intervenção teria sido dada pelo próprio Presidente da República a tropas que estão dependentes do AMI, que elaboraram o seu plano de intervenção de acordo com as instruções recebidas.

Estes mesmos elementos do CR reconhecem que a forma como se desenvolveu a operação pode parecer excessiva, e que haveria outras formas de silenciar a RR. No entanto, consideram também que o perigo de uma escalada de violência é, neste momento, tão evidente que se torna necessário mostrar com clareza que as Forças Armadas não hesitam em utilizar todos os meios para garantir a ordem, a autoridade legítima e os princípios democráticos.

Em sua opinião, esta operação deve ser interpretada como um aviso solene para que se possa evitar, enquanto é tempo, a generalização da violência para dimensões que ninguém poderá controlar e que conduziria à utilização de meios cada vez mais perigosos.

Outras decisões do CR

No comunicado redigido com a colaboração do almirante Rosa Coutinho que foi publicado, e onde se utiliza um linguajar singularmente firme, é ainda referido o problema das escutas telefónicas. O exame a que o CR procedeu permite concluir que nenhum serviço militar oficial dispõe de qualquer serviço de escutas, embora não se possa daqui inferir que não haja escuta telefónica em Portugal.

No que respeita a um eventual processo que seria posto ao jornal «A Luta», conclui-se que não tem razão de ser na medida em que isso exigiria que já outros jornais tivessem sido postos em tribunal por motivos semelhantes.

A nomeação de uma comissão de inquérito para o caso de Ferreira da Cunha é consequência da análise feita na primeira parte da reunião, enquanto que a referência aos retornados de Angola é à sua possível instrumentalização por forças de extrema-direita é resultado de análises feitas em anteriores sessões do CR.

A longa duração da reunião (terminou às 8 horas da manhã) deveu-se ao facto de os membros do CR terem decidido acompanhar as acções dos Puzileiros no Ministério da Comunicação Social (onde Ferreira da Cunha estava retido) e dos Parquetistas na Rádio Renascença.

Esta acção visou o edifício onde se encontravam instalados os emissores da RR, na Burca, que foi dinamitado por meio de cargas explosivas de grande potência. A operação foi levada a cabo por dois pelotões de Parquetistas do DGAF (Depósito Geral de Adidos da Força Aérea), comandados pelo capitão Barroca Monteiro, e acompanhados por um Mercedes preto de matrícula ME-31-39.

Segundo uma fonte ligada aos soldados parquetistas, estes teriam sido informados de que se dirigiram para os Restaurado-

res, onde se situa o Ministério da Comunicação Social. So perto da Burca os terão informado do seu verdadeiro destino, dizendo-lhes que iriam ocupar o local dos emissores.

Quando chegaram à Burca, encontrava-se estacionado perto das instalações do RR, um Toyota branco, cujos ocupantes se presume serem técnicos de minas e armadilhas da PSP.

A operação de destruição dos emissores da RR, que — na opinião de um membro da Comissão de Luta da RR — provocou um prejuízo avaliado em 5 mil contos, esteve a cargo de um major do adritro e de um técnico da PSP, ambos especializados em minas e armadilhas.

Contactado pela nossa Redacção, até às 14 horas de ontem, o EMFA não sabia quem tinha dado ordem para a operação, aparecendo posteriormente o CR, através de um comunicado, a assumir aquela responsabilidade.

Praças tomam posição

No princípio da tarde de ontem, houve uma reunião das praças do DGAF, na qual se decidiu convocar imediatamente o plenário, e que nenhum oficial responsável pelos parquetistas abandonasse a Unidade até total esclarecimento do assunto. O plenário iniciou-se cerca das 18.30 h, tendo o capitão Barroca Monteiro, a determinada altura, aparentemente sumido tentativa para o evitar, perguntado se as praças presentes se consideravam representativas da maioria dos parquetistas, o que levou estes a levantarem-se em peso, provando, como aos informados um elemento afecto aquela Unidade, ter comparado no plenário a esmagadora maioria dos parquetistas pertencentes às duas companhias estacionadas no DGAF.

Durante a Assembleia, o Comandante da Unidade referiu-se aos acontecimentos afirmando ser necessário silenciar a RR por esta não estar a ser afectada ao VI Governo Provisório, e explicando que haveria três maneiras de o fazer: podiam-se retirar os cristais dos emissores; desmontar os emissores e invólucros; e, finalmente, dinamitá-los, como veio a acontecer. O Comandante afirmou ainda ser preciso não ultrapassar com a operação um tempo limite, para evitar a concentração das massas populares, o que poderia conduzir a confrontos, actuando em seguida que as FA tinham que estar com o VI Governo Provisório.

Argumentando as praças que por aquela ordem de ideias as FA teriam já de ter mudado de opinião seis vezes, e que não tinham sido consultadas para a formação do Governo, ao que o

Comandante contrapôs ser aquele um ponto de vista incorrecto, pois o que estaria em causa era a questão da RR.

O Comandante declarou depois que não admitia discussões políticas nos quartéis, tentando também dissuadi-los de aprovarem moções ou darem conferências de imprensa, «pois seriam facilmente manipulados».

Foi apresentada no plenário uma moção repudiando o AMI e exigindo a retirada dos paraquedistas daquele agrupamento militar.

Sabe-se que, segundo informações recebidas no local, foram aprovadas nos fuzileiros e no GDACI (Monsanto) moções de solidariedade aos paraquedistas, apelando ainda a moção do GDACI para que, tendo em consideração o avanço da direita, nos camaradas de todas as Unidades, apesar do fim de semana, não saiam dos quartéis.

Inquérito ao caso CICAP/RASP

Segundo fontes geralmente bem informadas, o inquérito ordenado pelo CEME ao caso CICAP/RASP encontra-se praticamente concluído. De resto, o Brigadeiro Torres de Magalhães, que orienta os trabalhos, partiu já há dias para Lisboa. Trata-se-á de um processo bastante volumoso — foram ouvidas muitas pessoas, disseram-nos —, que será agora submetido a apreciação do general Carlos Fábilo. Admite-se que o CEME eventualmente possa solicitar novos

esclarecimentos, dada a complexidade do inquérito, antes de elaborar o seu despacho.

Entretanto, o inquérito paralelo determinado pelo Comando da RMN ainda não encerrou. Dada a profundidade com que o inquérito estará a ser efectuado, pensa-se que ainda levará alguns dias até ficar concluído.

Entretanto, os voos de um velho avião Dakota, que ontem sobrevoou a cidade do Porto, geraram uma onda de boatos, a traduzir afinal o estado de espírito dos nortenhos. O aparelho passou a baixa altura sobre diversas áreas da cidade, e logo se aventaram as mais diversas hipóteses. De harmonia com informação colhida no QG/RMN, o avião, pertencente à Força Aérea Portuguesa, fazia apenas um normalíssimo levantamento fotográfico da cidade. Cada voo correspondia naturalmente a uma série de fotografias. Desfazendo os boatos que circularam de imediato, asseguraram-nos que as máquinas fotográficas eram as únicas armas que o Dakota transportava.

Dois petardos

Entretanto, continuam as investigações sobre o rebentamento de dois petardos, um na sede do PS, outro na do PPD, que vieram agudizar ainda mais uma situação de tensão já de si muito complexa, sobretudo se se tiver em consideração que estes dois partidos irão fazer uma manifestação de apoio ao VI Governo, em Lisboa, no próximo domingo.

Sequência Nacional

Pinheiro de Azevedo em Faro

NA SEQUÊNCIA do anunciado programa de visitas a várias zonas do País, desloca-se quarta-feira passada, a Faro, o Primeiro-Ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, onde foi recebido por uma enorme manifestação de apoio ao VI Governo Provisório, organizada pelo PS, PPD, Governo Civil e Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Faro.

Discursando perante a multidão de manifestantes, o Primeiro-Ministro fez um apelo à unidade "de todas as forças de esquerda verdadeiramente interessadas na construção do socialismo". Surgiu de surpresa por uma das ruas que dão acesso à Praça onde decorria a manifestação, um pequeno grupo constituído por soldados dos SUV e elementos da FUR interrompeu o discurso, gritando a palavra-de-ordem: "Abaixo o AMI". No entanto, o encontro foi rapidamente sanado, depois do Comandante da RMS ter mandado dispersar os contra-manifestantes. A sua chegada a Faro, nas instalações do Governo Civil, Pinheiro de Azevedo teve um encontro com os jornalistas, onde fez uma breve análise do actual contexto político.

Melo Antunes e a questão de Timor

REGRESSADO terça-feira de Roma, onde manteve conversações com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Melo Antunes afirmou aos jornalistas: "Chegamos à conclusão de que o mais urgente é reunir à nossa volta os interlocutores válidos — Portugal e os partidos políticos de Timor."

Depois de sublinhar a importância de a Indonésia concordar com o princípio fundamental defendido pelo nosso Governo no processo de descolonização — o do respeito da vontade do povo de Timor quanto aos seus destinos por parte dos dois países — o Ministro português declarou que "Portugal obtive da Indonésia pela primeira vez, de uma maneira formal e muito nítida, o compromisso de que aquela país assegure toda a sua assistência para que fosse obtida a liberdade dos timores." E ainda de salientar que no mencionado conjunto do final das conversações, em que eram sublinhadas "a cordialidade, franqueza e compreensão mútuas" que as acompanharam, se referia com particular relevo a necessidade de realizar, no mais curto espaço de tempo, um encontro conjunto entre Portugal e "todos os partidos políticos de Timor português com vista à criação de uma comissão de execução política e ordem do processo de descolonização de Timor português".

FUR apoia MPLA e Fretilin

PARTINDO DO Cais do Sodré para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, ocorreu na segunda-feira passada uma manifestação de apoio ao MPLA e à FRETILIN, organizada pela FUR. Cerca de dois milhares de manifestantes, gritando palavras de ordem de apoio àqueles movimentos de libertação, viram-se a certa altura envolvidos num pequeno incidente, provocado por um retornado de Angola, que entou "abaixo o MPLA". No fim da manifestação foi aprovada uma moção que, além de referir o MPLA e a FRETILIN como os únicos representantes dos povos de Angola e de Timor, condenava o VI Governo Provisório pela "sua política reacçãoista e de obediência aos interesses do imperialismo" e apelava aos soldados e marinheiros e a "todos os militares progressistas e revolucionários para que imponham as manobras militares provocatórias e golpistas previstas para os dias 7, 8 e 9".

Faleu também um representante da Organização de Unidades Revolucionárias dos Trabalhadores da Informação, que se referiu à luta dos trabalhadores do MCS e de um grupo de "O, Século".

Bancários debatem reforma agrária

O SINDICATO dos Bancários do Sul e Ilhas levou a efeito, anteontem, no Pavilhão dos Desportos, um debate sobre "a questão camponesa e a reforma agrária", que contou com a presença do Eng. Castro Guerra, do Ministério de Agricultura, José Silva Gouveia, trabalhador viticultor da região demarcada do Douro, João Martinho, trabalhador bancário ligado ao Crédito Agrícola de Emergência e Carlos Alberto Paisano, director do jornal "A Terra", órgão do MRPP para os camponeses, sendo moderador o jornalista Roby Amorim.

Um dos pontos focados foi a necessidade da aplicação de reformas agrárias ao Norte do País, região a que se referiu Silva Gouveia.

O Eng. Castro Guerra, que analisou as leis publicadas pelos anteriores governos provisórios sobre a reforma agrária, sublinhou ainda a existência de duas máquinas estatais paralisadas, afirmando que a segunda, constituída por comissões "ad hoc", levanta todas as dificuldades na execução dos planos e dilui as responsabilidades.

Carlos Paisano e João Martinho referiram-se à questão do Crédito Agrícola de Emergência, considerando o primeiro que não serve os trabalhadores, pelo que estes não recorrem a ele.

Operação SAAL am eçada no Norte

A COMISSÃO Coordenadora do SAAL-Norte advertiu anteontem, no Porto, a propósito dos entraves que continuam a ser levantados à sua actividade, para a iminência da paralisação do processo SAAL, sublinhando a importância de apontar os responsáveis por tal situação.

No mesmo dia, no Plenário mensal das comissões de moradores ligadas ao SAAL, realizado no Anfiteatro da Escola de Belas Artes do Porto, foi apresentada uma proposta para ser discutida pelos milhares de moradores abrangidos por esse problema, onde eram denunciados os referidos entraves.

A proposta focava também as manobras para desarticular as comissões de moradores e fortalecer o capital especulativo, por parte da burguesia.

Plenário contesta Administração da Gulbenkian

OS VENCIMENTOS da ordem dos 63 000500 que, por unanimidade, a Administração da Fundação Calouste Gulbenkian a si própria atribuiu, foram postos em causa num plenário realizado pelos trabalhadores daquele organismo, que haviam fixado uma remuneração máxima de 36 contos para os administradores. Depois da aprovação de uma moção em que era condenada tal atitude dos administradores, um grupo de trabalhadores exigiu o imediato afastamento dos membros da Administração escolhidos em plenário de empregados. A moção em causa foi vencida porque os membros do PC votaram contra, alegam elementos do grupo que se pronunciou pelo afastamento imediato de Joel Serrão e Pedro Tâmen, eleitos em plenário de fins de Setembro passado para representarem os trabalhadores na cúpula do organismo.

A fixação de um salário máximo nacional foi igualmente reivindicada ao Governo pela moção condenatória votada em primeiro lugar sem votos contra.

SOUSA,



A surpresa de não ter havido surpresas

Marcelo Rebelo de Sousa

O ITINERÁRIO político-militar da semana que termina foi muito mais aberta e movimentado do que fora o dos dois dias anteriores.

No encadeado dos factos ocorridos, três grandes grupos aularam, pela sua relevância muito particular: a detenção de figuras grafas ao MDLP, bem como de elementos considerados ligados ao ELP, a tendência viável, por parte do PCP, e acompanhada de perto por certos sectores do MFA, para uma aproximação PCP-PS, e, finalmente, o frente-a-frente

Souza-Cunhal, a culminar as expectativas tenas dos últimos dias.

De alguma maneira, estes tipos de eventos sintetizam bem três problemas essenciais do processo político português: o problema da estratégia eventual da direita contrarrevolucionária; o problema de uma estratégia de esquerda que, obviamente, tem ligações ílgicas com a questão da estratégia do PCP; o problema do equilíbrio global de todos os partidos existentes na cena política portuguesa.

Um elo quebrado no MDLP-ELP?

A prisão, em Braga, de responsáveis do MDLP, a que se seguiu a detenção no Sul de elementos considerados do ELP, para além dos pormenores reconhecidos que as tenham noticiado — vem permitir aos observadores políticos aprofundarem pistas de análise.

Conheciam os Serviços de Informação portuguesa a presença em território português dos detidos, bem como as deslocações permanentes de Alpoim Cavão entre Espanha e Portugal. A forma como se processou a sua prisão, e os elementos já conhecidos sobre os seus antecedentes permitiam, "ab initio", confirmar que o MDLP e o ELP parecem não dispor de uma máquina minimamente operacional para poder montar no imediato um golpe militar ou paramilitar, com amplitude nacional, o que é diverso, como se tem visto, de actos bombistas dispersos.

Sem implantação apreciável em unidades militares, aquelas organizações parecem não ter também gançado uma mobilização mesmo de populações mais conservadoras no Norte do País, apesar de se saber da "cobertura" dada indirecta por sectores eclesiásticos da diocese de Braga a membros do MDLP.

Os observadores mais atentos pensam assim, que continua a ser improvável a estruturação de um golpe global de direita clandestina, após a próxima passagem de

ão lida data do 11 de Novembro, e da concomitante presença entre os retornados de algumas centenas de guerrilheiros da FNLA, que têm constituído polo de reuniões em Lisboa (alás, polo contrabalançado pela presença também entre os chegados de Angola de algumas centenas de militantes activos do MPLA).

Mas, os acontecimentos de Braga tiveram um outro significado palpável: conforme veio posteriormente a ser referido em comunicado da F. M. Unica, estes se pretendem envolver um componente do Grupo dos 9 e Conselho da Revolução, cap. Castro e Castro. Este oficial seria, na verdade, contactado por alguém que se apresentou como intermediário de Alpoim Cavão e Mira Godinho, e que pretendia estabelecer uma "pont" de ligação entre os dirigentes militares do MDLP e Castro e Castro. O pretérito era a contemporaneidade de carreiras de Mira Godinho e do Conselho da Revolução.

Castro e Castro não acederia ao encontro, mas as circunstâncias que depois se vieram a apurar, relativas à preparação desse encontro, suscitaram em vários observadores a convicção de que poderiam estar envolvidos na tentativa "agentes duplos", interessados no comprometimento político de um elemento do Grupo dos 9.

Concepu, portanto a levantar-se uma ponte do vó do eventual actividade de uma estrutura, paralela à do MDLP e do ELP, desta informada, e que poderia pretender utilizar os falhanços da direita contrarrevolucionária para ades implicar membros destacados do MFA.

PS-PCP: dados de uma aproximação falada

Outra coordenada essencial desta semana foram os sinais, para muitos concludentes, da aproximação entre o PCP e o PS.

Dixando, neste local, de parte a narrativa dos factos que posturaram a sedimentação desta ideia (e que é desenvolvida no artigo de António Mega Ferreira, pg. 31, anotariamos apenas duas questões essenciais com ela relacionadas.

A primeira respecta ao enquadramento desta aproximação no contexto da tática global do PCP. O PCP, nesta semana, jogou muito forte, logo desde o importante discurso de José Magro na Constituinte. Jogou, no "circumelo" sindical, e até no apoio (discreto) a acções directas contra membros do Governo — lembrando sempre o perigo iminente de um golpe no fim de semana próximo — e, casualmente, na pressão junto da cúpula político-militar no sentido de uma plataforma PS-PCP-MFA.

A aproximação com o PS operaria, portanto, inserida num quadro mais vasto, em que as

alternativas, lésinadas como meio de pressão, seriam o recrudescimento da ofensiva anti-sectorios do 6.º Governo, e um alargamento de certos ataques a conselheiros da Revolução, e até a governantes muito próximos do mais elevado escalão de poder político.

Só dentro de algum tempo se poderá saber ao certo o que significa para o PCP o convite reiterado a uma aliança preferencial com o PS, se um acto de força soberante e hábil, se um acto de fraqueza escondida e mitigada.

Para já, os meios de actuação política de que dispõe o PCP padecem de limitações com que não decorava tempos atrás, já que os eventuais visados têm respondido com jogadas de antecipação ou tomadas de posição costandentes (vide desta feita Costa Neves), e a "pris" emocional sobre a opinião pública, que deveria ser criada pelos meios de comunicação social, sofre crescentes lacunas e falta de credibilidade.

Mas, a questão mais curta neste domínio das relações PS-PCP é a da posição dos sectores do MFA que se tinham mostrado recentemente particularmente atraídos pela ideia. Sectores ainda não necessariamente coincidentes com os chamados "gongalistas".

Ora, neste plano há de facto da-

dos novos e importantes que não têm nada que ver directamente com a estratégia PCP.

Vejamos como e porque terá surgido esta corrente.

Alimentada com outras linhas adversas do CR e do MFA os nove tinham ganho há uma semana um avanço claro quanto à contestação de Carlos Fabião. Porém, este avanço viria a ser equilibrado pela "cobertura" de Otelo a Fabião, e pelo contra-ataque que viu os Costa Neves, e mediamente, outros elementos menos destacados do Grupo (ataque designadamente ao CVRFA).

Ligado, a nível de CR, sobrevoa um empate, de que o comunicado de ontem foi um exemplo feiz: para um lado averbava-se a ordem de encerramento da R.R. e a defesa de Ferreira da Cunha; para outro pontuavam a defesa de Contreiras, e a prevenção aos retrorados.

Assim se igualavam tendencialmente as duas partes em questão, e se apaziguavam as duas grandes companhias contraditórias: a que tem por alvo Ferreira da Cunha, e a que se dirige contra Almeida Contreiras (apaziguamento que só teoricamente poderíamos pensar

que fosse definitivo).

Dentro deste quadro, sectores do Grupo dos 9 começam a manifestar o seu interesse crescente pela ideia da aproximação PS-PCP. Isto deriva, por um lado, da consciência clara de uma certa pressão ascendente do PCP, e do temor do agravamento de tensões sociais a que ele não é estranho.

Resulta, no entanto, sobretudo, da preocupação com que os Nove encaram o confronto permanente PCP-PPD, com incidências negativas na actividade do VI Governo Provisório.

Al aparecer os ex-Mec, alguns dos quais — como se sabe — mantêm posições de relevo na consultadoria política dos Nove, e que abrem a análise do contencioso PPD, ao mesmo tempo que dão mais vigor à aproximação PS-PCP.

Ganha então força a ideia de que alguns dirigentes do PPD tendem a assumir posições consideradas limitativas para a participação do Partido no Governo, que é possível (e desejável) o entendimento PS-PCP-MFA independentes de esquerda, e mesmo que nesse leque pode caber uma zona do PPD, que integra sectores que, por alturas

do Conselho Nacional, terão encarado a eventualidade de se afastamento partidário, tendo então mantido conversas com elementos dos Nove, sobre a oportunidade (ou inoportunidade) de uma tal atitude.

E, pois, no clima político de desajustabilidade da "emergência" PS-PCP — que abrange oficiais do MFA, e do Grupo dos 9 — que anúncio do diálogo televisivo Soares-Cunhal é interpretado como o passo decisivo de um entendimento subcoado ou duplo, por vários sectores políticos.

Entretanto, enquanto tudo isso sucedia, a FMU avançava na sua estruturação, sucedendo-se-se período basista tem que, inicialmente ou não, o Grupo dos Nove cautelosamente afastado, a período de progressiva ligação entre os nove a iniciativa.

Isto mesmo é já bem patente no último comunicado da FMU. Aguarda-se agora o resultado final das reuniões de antemão e ontem, das quais poderiam sair um plano programático de base na cuja futura parece colaborar, entre outros, Melo Antunes e o Secretário Provisório.

Um frente a frente (in)conclusivo

Aguardado com uma expectativa enorme, o frente a frente Soares-Cunhal viria a ser talvez frustrante para aqueles que esperavam sinais concretos e inequívocos da tão falada aproximação. Neste sentido, houve quem o tivesse considerado inconclusivo.

Em nosso entender, o debate televisivo foi, pelo contrário, conclusivo. Não tanto pelo facto de que, por ele, se não fechou a porta ao diálogo PS-PCP, antes se abriu um futuro caminho de progressiva troca de pontos de vista entre aqueles dois partidos.

Mas, sobretudo, ficou evidente qual é a mensagem que o PS quer que traduza elucidativamente a sua posição presente no quadro político português.

E, na exposição dessa mensagem, Mário Soares foi muito conclusivo:

1) — Apoio intransigente ao VI Governo (ou seja, recusa de uma revisão, no imediato, da estrutura desse governo, conforme propostas várias vezes Álvaro Cunhal);

2) — Aliança tripartidária, com base nos resultados eleitorais (sem aceder à proposta de Cunhal de marginalização do PPD);

3) — Apoio à linha dos Nove (sem grandes aberturas à reconsideração do peso da linha "golpivista");

4) — Crítica frontal ao "golpismo" do PCP e sectores da esquerda revolucionária;

5) — Defesa comum e solidária contra o perigo da direita (e aqui

esteve o ponto mais claro de aproximação dos dois políticos);

6) — Aceitação das teses de Melo Antunes e Vítor Cravo sobre o primado português da descolonização angolana (em choque claro com a posição pró-reconhecimento oficial do governo MPLA, de Álvaro Cunhal);

7) — Ataque, por vezes, violento, à concepção atribuída ao PCP de caminho para o socialismo, e aos modelos das democracias populares da Europa de Leste (este ponto, aforado em alguns passos poderá, no futuro constituir um dos principais obstáculos programáticos a um qualquer Programa Comum).

Tirando partido da escassa capacidade televisiva de Cunhal, do sentido de antecipação nas intervenções, de uma linguagem mais apelável, e sobretudo da força dos exemplos concretos — Mário Soares teve antecorrem uma das suas melhores intervenções políticas públicas (o que se traduzirá, inevitavelmente, numa subida de cotação pessoal e partidária na opinião pública portuguesa). Outras consequências imediatas desta intervenção vêm os observadores mais atentos:

a) Um certo "desbloqueamento" do clima extremamente tenso que se vinha formando, relativamente a este fim de semana;

b) A necessidade para o PCP (e não só) de reapreciar toda a sua estratégia de aproximação imediata, e talvez de encontrar novos homens para a concretizar.

A comparação cuidadosa da posição de Mário Soares na RTP com as suas declarações na entrevista que hoje publicamos (pgs.12-

-14), e que é muito contundente na crítica ao anti-comunismo primário de dirigentes do PPD — parece revelar que o PS pretende, no imediato, manter-se unido a alianças preferenciais, à sua esquerda como à sua direita.

Esse políptico da vida portuguesa, o PS parece continuar atento às condições internas e externas que influenciam as alianças partidárias, e parece entender que é tão prematuro afastar um partido de esquerda com uma indiscutível implantação militar e operária e camponesa no Sul do país e alguns outros centros urbanos como é o PCP, como é afastar um partido que tem vindo a ganhar dimensão, nem momento em que "venio que sopra da direita" (a expressão é de Mário Soares na sua entrevista) — como é o PPD.

Perante esta deliberação de um PS que está mais virado para uma estratégia de decisão autónoma do que para uma estratégia de adequação às estratégias dos outros, o PCP deverá reponer muitos dos seus planos para o futuro próximo.

É o PPD (que denuncia a 3ª feira de manhã o perigo da aliança PS-PCP) deverá também ponderar o significado exacto dos dados em presença.

Aí porque, inesperado, e de consequências possivelmente significativas, ontem, em S. Bento, um dirigente do PS, Sotomayor Carreira já abriu o debate sobre a questão da viabilidade e unidade do Pacto MFA-Partidos.

Fô-lo a título pessoal, sem dúvida. Fô-lo de forma muito envolvente, é certo. Mas, quem ignora o que significa um tal interveção, nesse momento, vinda de quem vem com o objecto que versa?

Esta semana que se iniciou com o PCP ao ataque, e a jogar fora, termina — ironia do destino — com o PS no comando de muitas operações, a alinhar para a sua curta substancialmente novas.

Depois da surpresa de não ter havido surpresas no debate inter-visto, a surpresa de haver mesmo surpresas ontem, de manhã, na Assembleia Constituinte.

FERREIRA,

António Mega

PS/PCP: debate de plataforma ou plataforma para o debate?

António
Mega Ferreira

ENCONTRAR uma alternativa de esquerda para ultrapassar a actual crise do poder exige, segundo se reconhece generalizadamente, uma reformulação do esquema de relações entre os dois maiores partidos com base operária existentes: o Partido Socialista e o Partido Comunista Português.

Sintomas desta necessidade e dados que a tornam premente multiplicaram-se nos últimos dias, aos mais diversos níveis: das afirmações de Pinheiro de Azevedo em Faro à longa entrevista de Álvaro Cunhal com o Presidente da República, passando pela recuperação sindical da linha afectada ao PC, coincidente com a relativa falência da estratégia sindical do PS (ver no EXPRESSO de quarta-feira passada o artigo de Vicente Jorge Silva), a semana política veio a culminar com o espectacular debate televisivo que pôs frente a frente os secretários-gerais dos dois partidos, na noite de antontem. Do que nestes sete dias se adiantou, relativamente a uma estratégia comum PC/PS, dão conta os factos e os desenvolvimentos da actuação dos dois partidos, em si e na relação de um com o outro.

Respondendo informalmente a perguntas dos jornalistas, em Faro, na 3.ª feira passada, o Primeiro Ministro do VI Governo Provisório afirmava, a certa altura, que "o plano da esquerda deveria passar pela aliança do PS com o PC e os órgãos progressistas do MFA", ao mesmo tempo que reconhecia apresentar o seu governo um "novo carácter" da esquerda. Na dupla fórmula, está contida a exigência de uma alternativa que general para a crise actual das estruturas de decisão, tornada necessária pela incompatibilidade da opção representada que é de ser resolvida entre pelo menos duas das forças que integram o Governo PC e PPD.

No mesmo dia em que, no âmbito de uma sumária campanha de "pacificação nacional", Pinheiro de Azevedo se dirigia a alguns milhares de manifestantes convocados pelo PS e PPD, é quase bem que este tenha sido também o aspecto fúnebre da longa entrevista entre o Presidente da República e o secretário-geral do PCP, Alvaro Cunhal. Na oportunidade, o general Costa Gomes teria afirmado a sua convicção (que é também, por certo, a de importantes faixas público-militares) de que o VI Governo não reúne (por si próprio e dadas as oposições com que se defronta) condições para ultrapassar, com êxito, os problemas cada dia maiores que se lhe deparam. A alternativa estaria, eventualmente, num acordo de acção (que não implicasse sequer um acordo político de fundo) entre o PC e o PS, acordo esse avaliado pelo MFA.

Alvaro Cunhal terá sublinhado a forma como o seu partido vê o VI Governo, particularmente no que diz respeito à presença sempre contestada do PPD, partido ligado "ao grande capital e em algumas regiões mesmo à reacção fascista", ligado viria a afirmar durante o face-a-face de antonomias com Soares. Impossibilidade de coexistência de duas práticas que os comunistas consideram antagónicas, sua incompatibilidade PC/PPD é

extensiva a certas actuações do Partido Socialista, que não derivam da emulação entre partidos com objectivos comuns mas, no fundo, dos interesses divergentes que, ainda na óptica do PC, comunistas e socialistas defendem. São estas divergências, ampliadas pela imagem paralela dos dois secretários-gerais em constante diálogo durante quatro horas, que constituem a legenda mais perfeita do debate que, quase em cima da hora, um e outro aceitaram para a noite de 5.ª feira. O simples facto de se sentarem ambos ao mesmo tempo perante a mesma câmara de televisão representava, afinal, o primeiro sinal de uma tentativa de desanovimento nas relações entre os dois partidos, mesmo se durante todo o encontro a sensação mais aparente foi a de um "massacre" recíproco e constante entre os dois intervenientes.

A todos os títulos, o encontro de antonomias marcava o início de um debate (possível), além dos mais reconhecido como necessário pelas instâncias político-militares. Se o general Costa Gomes o afirmara a Cunhal, se Pinheiro de Azevedo o defendera perante os jornalistas, o Conselho da Revolução, por seu lado, não se poupou a esforços no sentido de apazigar as profundas divergências existentes, concebendo a aproximação quase como uma solução de "salvação nacional" para resolver a crise.

Admitida a possibilidade de fazer cessar a hostilidade ao VI Governo — ou, se se preferir, para e simplesmente ao Governo —, foi aos dois partidos que lhe constituem o eixo que as instâncias político-militares acabaram: um, o PS, porque nele se fundamenta e dele depende, fundamentalmente, a possibilidade de governar à esquerda; outro, o PC, porque com ele nesta oposição lutar e quezilenta, é impossível, muito simplesmente, governar sem ser à direita. É claro que, a nível de "recomposição" de órgãos de poder, a fórmula a adoptar poderia afastar-se ao menos formalmente,

de uma divisão em termos estritamente partidários das responsabilidades do poder. No decurso do debate, Alvaro Cunhal viria a sublinhar a urgência de, juntamente com o afastamento do PPD, remodelar profundamente o Conselho da Revolução, integrando-o nomeadamente daqueles "órgãos progressistas" dele afastados por votação, em consequência do "pronunciamento de Tancos", como lhe chamou.

Se o papel hegemónico do PS em qualquer solução alternativa de esquerda parece fora de causa, o PC poderia estar interessado em contrabalançar essa influência através de uma recomposição dos órgãos de decisão militares; daí a sua defesa, em todas as circunstâncias (mesmo nas actuais, o que parece surpreendente aos olhos de muita gente), do Conselho da Revolução como órgão revolucionário supremo. Cunhal deixou bem claro que o Conselho deveria ser remodelado — mas afirmou expressamente que, mesmo nas condições actuais, ele é um órgão indispensável.

A consciência de que com certa rapidez se criaram condições mínimas para um debate amplo e criador entre PS e PCP é legítima no reflexo delimitado do PPD, ao convocar para a manhã da própria 5.ª feira em que os dois dirigentes compareceram na televisão, uma conferência de imprensa em que Sá Carneiro fez várias advertências à actuação do PS, que considerou "ambigua"; principalmente quando o partido de Soares adiantara a hipótese de um Governo constituído com base no eixo PS-MFA. O secretário-geral do PPD presentiu que "a estratagem do PS parece ser a de impedir a saída do PC", mas noutro passo da sua intervenção viria a revelar mais claramente qual o fundo das suas preocupações ao afirmar que "uma aliança entre o PS e o PC traria ao País uma situação antinómica", na medida em que comprometeria a posição e a imagem do PS".

PCP: estou no Governo enquanto...

Alvaro Cunhal afirmou com vigor que a presença do Partido Comunista no VI Governo não se confunde com uma qualquer caução quer ao governo em bloco quer às forças políticas e militares que o integram. Posição que alguns observadores têm julgado dificilmente defensável, pelo menos ao nível da eficácia governativa, da tem-se desenvolvido, na prática, por um ataque por elementos interpostos aos pontos neurálgicos do Governo em exercício.

O desenvolvimento da questão de "O Século", os incidentes graves com que culminou, durante 5.ª e 6.ª feira, o "caso Ferreira da Cunha", a ocupação militar do Ministério do Trabalho, após graves incidentes entre o ministro e os metalúrgicos, o ataque violento a Melo Antunes, devidamente por via de um órgão noticioso que lhe é claramente afecto, denotaram a disposição dos comunistas em agravarem certos pólos de tensão, contribuindo simultaneamente para o minar das posições consideradas decisivas dentro do Governo e que, neste momento, quase totalmente livres escapam.

Já no domingo passado, durante um plenário realizado no Barreiro, o secretário de Estado Azóbio Bica — que representa o PCP no Governo — insistiu na absoluta irreversibilidade da Reforma Agrária, em termos que não admitem qualquer recuo ou correcção de percurso. Mas pelo menos tão importante quanto isso foi o facto do secretário de Estado discursar numa sessão em que uma moção aprovada por acatenação responsabilizava "pessoalmente" Lopes Cardoso e Salgado Zenha, ministros da Agricultura e das Finanças, por todos os atrasos e prejuízos resultantes da aplicação de um sistema selectivo de crédito agrícola.

Na segunda-feira, um manifesto divulgado pela Direcção da Organização Regional de Lisboa do PC fazia, ainda que veladamente, o ponto da situação, incidindo particularmente sobre a política de informação do Governo. A disposição da DORL do Partido era vivida na forma como al abordava o conflito no "Século", que atingia a sua fase crucial. E por um subtil processo de transferência, politivamente ao secretário de Estado que "a investida do MCS contra "O Século" é bem representativa de uma linha política que usa a chantagem económica para dividir e fazer hesitar os trabalhadores mais vacilantes", se bem que, relativamente aos secretário de Estado Ferreira da Cunha, a de se referir fosse como "entestada".

O apoio da intersindical e do Sindicato dos Metalúrgicos "à luta dos trabalhadores do Ministério da Comunicação Social" pelo afastamento de Ferreira da Cunha constituía a contrapartida real da forma discreta como oficialmente o partido abordava o caso.

A posição do PCP endureceu, durante estes dias, no que respecta à questão de Angola. Sabida qual a posição do Governo, expressa por Melo Antunes em Nova Iorque, e em tudo apoiada pelo PS, conforme Mário Soares viria a explicar durante o debate de antontem, tomou-se mais clara a hostilidade do Partido Comunista em relação à orientação assumida. Para o PC, com efeito, ultrapassadas as circunstâncias justificativas do acordo tripartido do Abor, e ausente a hegemonia do MPLA, no plano político e militar, é a este movimento que compete o direito de receber do Estado Português, na próxima terça-feira, os poderes que, nos termos do acordo, deveriam ser transferidos para os três movimentos. Com que direito? por alguns observadores, nos últimos tempos estabeleceu a ligação, que ao seu partido parece evidente, entre "as manobras do imperialismo" em Angola e "a agitação da direita reaccionária" em Portugal.

Numa semana em que as posições do PCP se clarificaram ainda mais relativamente ao VI Governo, o volte-face ocorrido no Sindicato dos Escritórios, onde a direcção PS-MRPP, ainda há pouco tempo direita, se viu afastada em provento de uma Comissão Directiva Provisória afecto ao PC, constitui um triunfo de peso para o partido dirigido por Alvaro Cunhal. O secretário-geral não poupará a Mário Soares a um remoque inócuo, ao descrever o processo como, de uma aliança aparente entre PS e MRPP, se passara rapidamente a uma situação em que os socialistas se viram afastados das responsabilidades fundamentais na condução da vida do Sindicato dos Escritórios. E se é certo que para recuperar algum do peso de que já dispõe a nível sindical, le que simultaneamente ainda pretende o ritmo surpreendente não basta ao PC — ou à linha sindical a ele afecto — derrubar direcções, explorando contradições de fundo que a prática demonstra serem dificilmente superáveis, nem por isso o exemplo dos Escritórios deixa de valer no sentido em que os comunistas parecem mais interessados em explorá-lo: o de que qualquer política de esquerda passa, necessariamente, pela presença activa ou ao menos não hostilizante, dos comunistas. O que, numa perspectiva mais vasta, e tomando em conta os desenvolvimentos mais recentes da sua actuação na rua, vale para os sindicatos e para outras coisas mais.

PS: não perder o controle

Atacar constantemente, enumerado um vasto repatório de alegadas "rabes de queira", não perdendo o controle de si próprio e da situação, que lhe era dado por um capital inicial de aceitabilidade pública superior ao de Cunhal, foi a característica dominante da intervenção de Mário Soares durante o importante debate televisivo.

Curiosamente, pode-se dizer que essa imagem corresponde à que o próprio partido imprimiu à sua actuação durante a semana. Um pouco por força do importante revés sofrido a nível sindical, um pouco na expectativa de que as propostas de entendimento com o PCP, provenientes de instâncias militantes, se clarificassem, o Partido Socialista sustentou uma prática defensiva, cujo sinal é dado pelos seus longos silêncios na Constituinte, estes finalmente rompidos por Sottomayor Cardia, ao denunciar vigorosamente o Pacto MFA/Partidos.

No mais, Soares atacou o "desrespeito" do PC pelas regras democráticas. lamentando, a propósito, que o partido português não tenha seguido o exemplo do seu congéneres italiano, logo a seguir à guerra; criticou o apoio dado pelos comunistas à organização de "soldados escapados" como os SUV; denunciou a contestação da autoridade governamental, que visa "a destruição do Estado", pôs em causa a definição do PCP relativamente à sua presença no VI Governo; ("ainda porém que o PCP entrou para este

Governo com reservas, com um pé no Governo — e todo o resto do corpo a outro pé fora"), em todas as suas acusações, aliás, o secretário-geral do PS encontrou o dedo do PC, deparando sempre com a mesma resposta: a de que outra política não será possível enquanto o PS não se demarcar do "alibismo com a direita reaccionária" do "compromisso com o grande capital, com os grandes agrários".

O debate sobre estes pontos não adiantou muito, porque realmente grande parte das acusações recíprocas são dificilmente comprováveis. Mas pelo menos no que se refere a alguns factos concretos referidos por Cunhal inoportunamente a participação do PS em manifestações conjuntas com o PPD e o CDS, Soares pouco mais pode fazer do que desmentir que exista qualquer aliança expressa com essas forças, bem como com quaisquer outras.

Em Faro, na terça-feira passada, o PS forneceu uma vez mais um grande contingente de militantes para a manifestação de apoio ao VI Governo e ao primeiro-ministro. E se bem que aí os símbolos do CDS não tivessem aparecido como aconteceu com evidência no Porto, a presença quase constante dos socialistas ao lado do PPD constitui um precedente de leitura política relativamente clara.

Por todos estes factos, parece mais importante notar que a defesa que Soares fez do PPD não foi nem tão vigorosa nem tão firmemente baseada em motivos ideológicos como noutras oportunidades. Pragmatismo (o pragmatismo necessário, na sua óptica) conduziram principalmente a argumentação do secretário-geral do PS.



Difícil se tornou também para o PS, pela boca de Mário Soares, responder aos reparos irónicos que Cunha lhe dirigiu a propósito da relativa falência da sua estratégia sindical ("levaram uma esmaltada na medida em que os aliados não se mostraram muitos leais, oito dias depois começaram a tomar aquilo à sua conta e a pôr à margem os socialistas"). A semana marcou efectivamente o importante recuo do PS a nível sindical — e não apenas especificamente no que diz respeito ao Sindicato dos Escritórios. Se de facto o caso dos Escritórios se encaminha no sentido em que alguns observadores previram desde o início, há pelo menos certas lições que os socialistas devem tirar da experiência: por exemplo, a da sua fraca capacidade de militância; ou ainda, a da conveniência de repensar as suas alianças no âmbito de uma rede-

finição da sua estratégia sindical; finalmente, no papel que os comunistas ou os sindicalistas a eles afectos desempenham na vida sindical, que é, uma vez mais, superior, em impacto e eficácia, ao número de votantes que as suas listas conseguem mobilizar.

Sem perder o sentido da situação, o PS, na medida em que consistiu a divisa mais exposta do VI Governo, remete-os a uma defensiva que só tomou no final do semana, não sem que a sua proposta de um governo PS-MFA tivesse causado, a esmoeta e à direita, reparos fundamentalistas. O que parece natural. Como dizia recentemente um militante socialista, "o grande problema do PS é estar ao centro — pelo menos neste Governo —, e ser, simultaneamente, o centro da sua acção".

Que aproximação?

A aproximação entre os dois partidos, não depende exclusivamente deles, nem sequer unicamente dos seus dirigentes. "Em alguns casos até nos damos bem com as bases do Partido Socialista", afirmou anteriormente Álvaro Cunhal. É de crer que isto se verifique só "em alguns casos", por razões que têm tanto que ver com a incapacidade de aceitar o compromisso por parte de militantes comunistas, como com o reflexo inconsciente de militantes socialistas. Qualquer entendimento entre os dois partidos estaria, em última análise, condicionado pela capacidade de conciliação entre os militantes, capacidade tanto mais comprometida quanto, em alguns casos, a linha de clivagem política justa, precisamente, pela fronteira onde um termina para começar o outro.

Alguns passos foram, no entanto, dados, a nível dirigente, para que essa aproximação se verifique. Da parte do Partido comunista, por exemplo, na medida em que Cunhal a isso mesmo aludiu, no termo do esgotante debate de 5.ª feira. Tudo parece indicar que o PC considera que a conjuntura se degradou a um ponto tal que o entendimento com os socialistas, difícil que seja, se torna imperativo; nas últimas semanas, aliás, e não obstante a ausência de qualquer mobilização recente de militantes, parece ter-se levantado pela primeira vez explicitamente a hipótese de o partido se preparar para uma continuação armada, ou, que, obviamente, os comunistas não visam o PS, mas a ameaça real representada pela direita civil e militar.

Quanto ao PS, a sua capacidade de combater no sentido desta aproximação tem que ver com a necessidade de ultrapassar os sucessivos impasses de um Governo por que é maioritariamente responsável, impasses que aproveitam a todos os outros partidos e particularmente aos que, no espectro político, se localizam à sua direita. Nesta aproximação, é crível que o PS não devesse ceder um passo em matéria de fundo, embora haja que aceitar uma troca táctica de peças que lhe permita governar sem o clima de agitação social de militantes do qual, segundo

os socialistas, é principalmente responsável o PCP.

Para quem esperava desta semana desenvolvimentos espectaculares nas relações entre os dois partidos, a expectativa saiu aparentemente gorada: de facto, não se atingiu qualquer acordo nem entendimento entre socialistas e comunistas, pelo, em alguns casos, as posições pareceram tornar-se mais irreconciliáveis. Agora, o importante debate de 5.ª feira, se não conduzia a uma plataforma discutida por muitos, constituiu a plataforma indispensável para um debate profundo sem o qual qualquer reformulação das relações entre os dois le no seu dos partidos de esquerda se alguma simultaneamente impossível. A reformulação que, em última análise, estará sempre dependente do reastumar, por parte do MFA, de uma homogeneidade e coesão que nem Cunhal nem Soares pode momentaneamente reconhecer — por razões que, como é óbvio, não existem, como o debate de anteriormente revela.

Para além de um debate

É OBVIO QUE um país se reduza à dimensão de um debate televisivo. E também óbvio que um processo revolucionário não pode ser encerrado, em todo os seus cambiantes, num frente a frente, por muito longo que seja, por muito brilhantes que possa ter sido os seus participantes.

E mesmo óbvio que a imagem de um partido se não reduz à intervenção, mais ou menos feliz, de um dos seus principais dirigentes nos ecrãs da televisão, nos canais da rádio nas colunas dos jornais.

Este país, esta revolução, estas forças políticas que a têm animado são, sem dúvida, muito mais do que a argúcia política de Mário Soares ou a dureza rectilínea de Álvaro Cunhal. Há neste país, há nesta revolução, forças políticas e portuguesas que se não reconhecem necessariamente nas propostas de Mário Soares, como se não sentem solidários com as alternativas avançadas por Álvaro Cunhal.

Isto se recorda para reduzir à sua efectiva dimensão um debate, que foi muito importante, mas que não foi decisivo. Não podemos — nós portugueses — continuar a sublimar os nossos pequenos e grandes recalculos individuais e colectivos, projectando-os num homem ou num partido. Mesmo que esse homem tenha a capacidade de comunização de um Mário Soares ou firmeza obsessiva de um Álvaro Cunhal.

O que fica dito não pretende obviamente negar ao debate televisivo de anteoitem o mérito de ter sido dos programas mais importantes a que os portugueses puderam assistir no último ano e meio de Revolução. Milhões de tele-espectadores puderam ouvir as posições de dois dos maiores partidos político portugueses acerca de milhentos problemas que os preocupam, da crise económica à autoridade revolucionária, dos caminhos para a construção do socialismo até ao termo do processo de descolonização de Angola.

Questões doutrinárias intercalaram-se com considerações concretas. As primeiras terão certamente constituído um pólo de atracção de alguns sectores com predominante preocupação intelectual: as segundas terão calado fundo na grande maioria dos que — mal ou bem — aferem a virtude de uma orientação teórica pelos resultados positivos ou negativos que se repercutem na sua vida do dia a dia.

Mas, para além do interesse da discussão de temas da vida portuguesa, houve o atractivo do confronto de dois partidos, houve o despique entre duas personalidades.

Aquilo que em Álvaro Cunhal foi a proposta persistente de uma plataforma PS-PCP, foi em Mário Soares a denúncia permanente do golpismo do PCP. Em Álvaro Cunhal houve a dureza constante na repetição das posições teóricas do partido, e em Mário Soares o apelo sugestivo e oportuno para o concreto.

No fundo, tratava-se de ver em acção dois estilos de homem, e dois estilos de partido. Nesta medida, se pode dizer que o diálogo ultrapassou as meras demarcações da polémica com objectivo eleitoralista (como tanto se acusa Mário Soares) ou com objectivo de aproximação estratégica (como também foi apontado relativamente a "Álvaro Cunhal"). Foi um diálogo de apresentação nua e crua os pontos mais dolorosos de um contencioso partidário e de uma situação nacional.

No seu todo, programas como este podem constituir uma ocasião óptima para radicar no nosso país um efectivo clima de diálogo entre homens de quadrantes ideológicos diversos, para se superar o "chauvinismo" em que temos vivido nos últimos tempos.

Mas, para que o debate Soares-Cunhal seja mais do que uma ocasionalidade derivada das conveniências mais ou menos oportunistas de certa ou certas estratégias partidárias, é necessário que lhe sucedam outros debates, que possam trazer ao conhecimento dos portugueses diferentes correntes políticas. Depois de Mário Soares e Álvaro Cunhal, é justo que os portugueses também oiam no seu televisor Francisco Sá Carneiro, José Tengarrinha, Diogo Freitas do Amaral, Isabel do Carmo, Gonçalo Ribeiro Teles, Arnaldo Matos, Manuel Serra, Francisco Martins Rodrigues. Isto só para dar algumas sugestões, necessariamente não exaustivas.

Esclarecimento

O ARTIGO «Informação e Desenvolvimento» publicado no EXPRESSO de sábado passado sob a assinatura de Luis Natividade Carvalho é de EVA CABRAL E ANA MENEZES. Natividade Carvalho apenas foi o intermediário que so-lo fez chegar às mãos. Do lapso pedimos desculpa.

ANTUNES.



Acerca da Frente Única Militar

José Freire Antunes

UMA PROFUNDA crise do Poder, definida pela sua instabilidade, abala os alicerces caducos da sociedade portuguesa. Que a crise do Poder é o traço principal da situação política — eis o único ponto em que a burguesia e o proletariado se encontram (ainda que formalmente) de acordo. As massas populares assistiram em 18 meses, e hoje já sem emoção, às danças e contra-danças na máquina estatal, à queda sucessiva dos ministérios, aos golpes e contra-golpes urdidos por fascistas e social-fascistas. Aliados em seus governos de coligação com o grande capital, o FCP, o PS e o PPD assinaram a sua falência política completa.

A questão da tomada do poder político está, para os operários de vanguarda, na ordem do dia — os ministérios promulgam leis que não são capazes de aplicar e o povo aplica leis que não pode ainda promulgar. A fome cresce e a bancarrota económica está aí. Angola, esta manhã antes do 11 de Novembro, at estocadas de bastidores, a guerra inter-imperialista vinham provar — se não houvesse já 18 meses de ensinamentos — que a contra-revolução portuguesa tem dois centros, um em Washington, outro em Moscovo. Dai são

ditadas as regras do jogo, acordado em Vladivostok.

Quem são os amigos da Revolução? Quem são os inimigos da Revolução? Sem deixar lado, um revolucionário não poderá lutar às claras e será como um homem cego que quer apalpar um pássaro. Que caminho se abre ao País? No que concerne aos oficiais patriotas das forças armadas, que perspectivas se desenhavam? Eles que são susceptíveis de serem unidos pelo proletariado, irão escolher a porta da esquerda ou continuarão a ser joguete das manobras de uma e doutra facção imperialista?

Esses oficiais democratas, patriotas, anti-fascistas e anti-social-fascistas, não têm um programa autónomo, hesitam entre a Revolução e a contra-revolução, estão condenados à morte histórica enquanto camada de classe pequeno-burguesa. Observando a conduta desses militares ao longo das seis grandes crises que abalaram a sociedade portuguesa, após o golpe de Estado de 25 de Abril, constatou-se que eles foram sempre vítimas das manobras golpistas dos fascistas e dos social-fascistas.

No 25 de Abril, eram os generais da extrema-direita que recebiam o poder das mãos dos jovens capitães ingénuos e se

serviam deles. No 28 de Setembro, eram os socialistas em palavras e fascistas nos actos, que montavam às suas costas, para reforçarem o controle sobre o aparelho de Estado.

Os oficiais patriotas começaram de levantar a cabeça. Esboçaram a resistência. Mas porque eram uma camada inarticulada, hesitante e inconsequente, fascistas e social-fascistas conjugados arredaram-nos do palco para os bastidores da Revolução. Eles são culpados disso, conciliaram sempre, deram cobertura ou foram mesmo os executores da repressão armada sobre a classe operária e o povo, prenderam centenas de revolucionários. E nunca pensavam que seriam os próximos laçãos a serem despidos sem justa causa. No 25 de Abril, os maçoistas tinham dito que esse sector dos Melo Antunes aos Vasco Lourenço estavam condenados a bater repetidamente com o nariz na parede.

O Documento dos Nove foi o primeiro sinal desse levantar de cabeça dos oficiais anti-fascistas e anti-social-fascistas, menos ou mais consequentes. Por que falhou? Não tinha o apoio das massas populares. Acusava os operários de estarem a destruir o aparelho de Estado — e os operários querem de facto ac-

bar com o Estado da burguesia. «A velha máquina do Estado tem de ser destruída de cima para baixo e sobre as suas ruínas construindo um outro aparelho de Estado que sirva os operários e os camponeses», Arnaldo Matos em 18 de Julho). Abordava a questão do poder político no âmbito dos vários sectores da burguesia — e os operários querem tomar o Poder. Dizia que as falsas nacionalizações tinham ido depressa demais — e os operários denunciavam-nas como um reforço do capitalismo monopolista de Estado e almejavam pela expropriação sem reservas dos bens populares na posse dos imperialistas e dos social-imperialistas.

O Documento dos Nove falha porque acena equivocadamente para Washington. Porque tem os olhos mais lançados para trás do que para a frente. Porque o seu principal ideólogo quer alianças com o fascismo. E esses oficiais, que namoraram o proletariado em momentos de refluxo e o hostilizam quando o vento lhes corre de feição, bateram novamente com o nariz na parede. Mas aprenderam com o fracasso, ganharam maturidade política e compreenderam a necessidade de uma frente militar mais consistente e virada para a Revolução.

Eles, que não querem servir de tropa de choque à contra-revolução fascista ou social-fascista, têm o outro caminho, o de marcharem com os operários e os camponeses até à democracia nova. A política da frente única militar é uma necessidade histórica no nosso País. Ela corresponde aos mais fundos anseios de todos os oficiais que aspiram à Independência Nacional, à Liberdade e à Democracia.

A frente única militar é parte integrante da frente única democrática e popular, que usa todas as forças anti-fascistas e anti-social-fascistas, anti-imperialistas e anti-social-imperialistas. Esta política da frente única lançou o pânico nas hotes da contra-revolução, paralisou fascistas e social-fascistas, obrigou-os a procurarem novos aliados e novo lambet de feridas mútuas. É uma frente contra os golpes e contra-golpes, contra os ELPs e os CDRs, contra a selvagem e os MDLPs. Uma frente saída do campo da Revolução.

A força dessa arma da frente única, revela-se no facto de que o PCP é obrigado a fazer um recuo em várias linhas, abdicando formalmente dos compromissos filiais com os grupos de marginais e assassinos, para vir pedir namoro ao Partido Socialista.

E então, de «fascistas» os elementos do PS! passam a ser, na manha velha de Barreirinhas Cunha, os «camaradas socialistas». Eles estão em a mão ao PS para se oporem à frente única; estão isolados, e em desespero; têm o povo português contra eles.

E qual é a votação dos dirigentes do Partido Socialista? É para a aliança com o social-fascismo e para a traição aos trabalhadores socialistas. Eles fazem-se de propagandar a frente única para a trair ao virar da esquina; eles juram-se ao proletariado na mira de obter capital político para as suas transações com o comando de 30 meses de exploração das massas. Os dirigentes do PS, embora com diferenças entre si, namoram o proletariado para poderem comerciar novos acordos com o PCP. Se eles querem servir Deus e o Diabo, Washington e Moscovo, não poderão marchar com a Revolução, ao passo que a Revolução pode marchar sem eles.

Quais os efeitos desta política de sabotagem à frente única? É que ele vai deixando a culpa do PS do seu desfecho, votou contra o fascismo e contra o social-fascismo. É lamentável que certos políticos oportunistas não tenham apreendido ainda a real

natureza no inimigo telecomandado de Moscovo.

Certos democratas filisteus não compreendem (é uma incompreensão de classe), apesar de 18 meses de provas, que o revisionismo moderno no poder é o fascismo com outro rosto, outro palavrado e a boca cheia de socialismo. Para o proletariado, pior do que 50 anos de fascismo, foram 30 anos de revisionismo. Porque a primeira ditadura pode combater-se e derrotar-se mais facilmente. A outra, a que existe na cabeça dos operários e nos seus hábitos, é mais difícil. Sem vencer a ideologia revisionista, sem esmagar em toda a linha no seio do povo, é impossível evitar um novo Chile. Chile de que eles tanto falam, para encobrir que foi exactamente a sua política de conciliação e tração ao povo que fez a cama ao fascismo. Eles talvez entendam isto demasiado tarde. Ao fim e ao cabo teriam os seus exilios nas embaixadas, enquanto que o povo perseguiria o combate de armas na mão.

Qual é a base de classe da frente única? Para aqueles que defendem que o inimigo do povo é um só com duas cabeças localizadas em Washington e Moscovo, a única base social capaz de derrotá-lo é a aliança entre os ope-

rários e os camponeses, o sector democrático das forças armadas, a pequena-burguesia intelectual, os pequenos camponeses, pequenos comerciantes e pequenos industriais, a média burguesia, ou seja, a parte da burguesia nacional do médio comércio, da média indústria e do médio campesinato. As massas populares, a maioria do povo português quer consolidar a frente única democrática e popular. A frente única é a força capaz de esmagar a contra-corrente reaccionária dirigida pelo social-fascismo.

Os militares patriotas devem aprender o sentido da História e obter ensinamentos das derrotas. Devem perguntar se vão organizar-se para a Revolução ou para a contra-revolução. Se vão acotiar a direcção do proletariado na luta pela Independência Nacional, ou se vão continuar a ser marionetas de um ou de outro centro da contra-revolução portuguesa.

Os oficiais democratas, patriotas, anti-fascistas e anti-social-fascistas devem acotiar a direcção dos soldados e marinheiros, os operários e os camponeses fardados. Se o fizerem serão capazes de servir o povo português, por quem lutam desde uma firma inconsistente e equívoca.

«O fado» (Malhoa)

por António



Expresso	75-11-08	13-14
----------	----------	-------

SOUSA, Marcelo Rebelo de
SOARES, Mário



Mário Soares ao EXPRESSO:



Um diálogo com o líder da oposição, Mário Soares, em entrevista ao Expresso. O texto completo encontra-se no número de 13 de novembro de 1975.

Viremos para um Governo PS / MFA se nos obrigarem a isso”

ESTE MOMENTO, muito poucas são as realidades políticas portuguesas que reúnem o consenso unânime dos servidores. Uma delas é o papel essencial do PS como eixo presente da vida política no nosso país. Isso mesmo muita dos apelos, dos choques e das expectativas de que o PS é alvo por parte de partidos à sua direita e à sua esquerda.

Logo, ouvir o PS, neste momento, era essencial — tanto mais que muito se tem falado ultimamente de uma aproximação com o PCP. Isto para não falar no «frente a frente» de anteontem na RTP.

Mário Soares é demasiado conhecido para repetir aqui apresentações já estafadas.

Aliás, a melhor apresentação para um político vai sendo aquilo que pensa e diz, e sobretudo aquilo que faz.

E, para se saber o que Mário Soares pensa e quer dizer neste momento, o EXPRESSO decidiu fazer um retrospectivo da actuação do PS desde o 25 de Abril de 1974. Sem esgotar todos os temas (alguns há que serão esperar por melhor momento). Mas resenhando muitos dos factos mais importantes ocorridos desde então até hoje.

Sabia-se de antemão as dificuldades da ideia: Mário Soares é dos políticos portugueses com maior facilidade de expressão, mas, talvez por isso mesmo, cai muitas vezes na repetição de «slogans» e frases feitas; por outro lado, gosta de falar para a Imprensa, o que é uma virtude, mas banaliza um pouco aquilo que diz; a sua posição de «leader» do maior partido eleitoral português tornou-o um caso quase único de prestígio populista, mas também estereotipou os efeitos propagandistas a sua pessoa.

No entanto no seu todo, há nas respostas a esta entrevista linhas de força muito importantes: desde a virulência dos ataques ao PPD, com definição clara de certas posições (por exemplo sobre a entrada na Internacional Comunista), até aos comentários críticos sobre Spínola, passando pelas reflexões acerca da posição do PS, e pela ideia de um Governo PS-MFA.

Como pano de fundo da longa conversa de duas horas, uma bonomia e um optimismo «malgré tout», mesmo sob o debaixo de traços de compreensível cansaço físico que uma câmara atenta não pôde deixar de captar.

É o resultado dessa conversa, que se quis o mais aberta e informal possível, que se transcreve a seguir.

Do PPD em cruzada anti-comunista ao PCP em chantagem

EXPRESSO — A primeira questão a pôr respeito a declarações dirigidas do PS quanto à composição do VI Governo Provisório, é quem que ou o PCP e o PPD usam de colocar obstáculos ao VI Governo, ou o PS ver-se-á na obrigação de formar governo com o MFA. Acha viável e desejável um governo PS-MFA?

MARIO SPARES — Penso, antes do mais, que não é desejável o governo desses. Por isso penso, quando se iniciou a crise, nós dissemos que a única saída para essa crise, e para dar à Revolução, seria a constituição de um Governo de Unidade e de Salvação Nacional. Governo formado em volta de três maiores partidos democráticos, e cuja composição deveria reflectir, em princípio, a vontade popular expressa nas eleições.

Com grandes dificuldades, o PS conseguiu levar avante o seu propósito, e assim se formou o VI Governo. O almirante Pi-

nhairo de Azevedo inicialmente tinha a ideia de um governo predominantemente socialista. O PCP opunha-se à participação do PPD, e o PPD queria um governo de unidade PS-PPD. O PS sempre disse que não queria marginalizar o PPD ou o PCP, aliando-se preferencialmente a qualquer deles.

Esta orientação mantém-se desde o 1.º Governo Provisório. Por isso continuamos a fazer tudo para impulsionar um governo de Unidade Nacional. Se os outros partidos continuarem com uma luta que leva ao extremar de posições (empurrando o PPD para a direita, e o PCP mais para a esquerda), tornando, pela sua intransigência, impossível o funcionamento do actual governo, como entendemos que não há alternativa de esquerda para este governo — encaramos seriamente a hipótese de podermos formar um governo em aliança estreita com o MFA e com personalidades independentes (aliás já com representação neste governo).

Não é uma solução desejável, mas iremos para ela, se nos obrigarem a isso...

EXP. — E acha muito ou pouco

provável que seja necessário ir para essa solução?

M. S. — O grau de probabilidade depende do comportamento dos partidos e da evolução da vida nacional nas próximas semanas. Não lhe escondo que existe uma certa rigidez por parte do PPD, que parece pouco realista; existindo uma predisposição de alguns dirigentes do PPD para partirem em cruzada anticomunista.

Isso parece-me, por várias razões, completamente errado em relação aos dados da realidade portuguesa.

Por outro lado, não lhe escondo que o comportamento ambíguo do PCP em relação ao actual governo é considerado por nós como intolerável. Não podemos tolerar que o PCP tenha um pézimo no Governo, e outro pé e todo o corpo fora, provocando manifestações e actos de sabotagem em todas as frentes, fazendo uma grande chantagem para chegar oportuna a uma renegociação das condições em que está no Governo, ou mesmo para o tentar derrubar.

Da inoportunidade de um governo PS/PCP e da política socialista de «détente»

EXP. — Pelo que acaba de dizer, não vê hipótese de, nos meses mais próximos, se formar um governo PS/PCP?

M. S. — Não vejo qualquer hipótese disso, como não vejo a possibilidade de uma aliança exclusiva entre o PS e o PCP, enquanto o PS não respeitar as regras da democracia. Considero fundamental, com via para o socialismo, o respeito das liberdades políticas, dos direitos da pessoa humana. O PCP tem tido em Portugal uma linha que nós qualificamos como «aventurista», «egóipista», procurando ir-se junto das instâncias de poder, quer militar, quer civil, para conquistar o poder por uma via anti-democrática e para dar ao povo uma Revolução um sentido contrário ao das revoluções que sucederam a democracias populares. Não somos pelo socialismo burocrático, quer dizer pelo socialismo com e em liberdade.

EXP. — A estratégia que descreve o PCP derivará da posição do Movimento Comunista Interna-

cional, ou da feição própria do PCP?

M. S. — Não podemos desconhecer o que representa o PCP, quer na sua direcção (que data dos anos 40), quer nas suas estruturas. A direcção do PCP tem-se mantido e subsistido independentemente de todas as transformações do movimento Comunista internacional. A posição desta direcção tem sido sempre extremamente rígida. Muitas pessoas — e até comunistas — a justa título a qualificam de Estaliniana. Os divergidos entre a linha política do PCP e de outros partidos comunistas ocidentais (como o PCI e o PCE) são conhecidos, e são muitíssimo grandes. Mesmo em relação a um partido como o PCF há diferenciações apreciáveis. E creio que neste momento a orientação política do PCP — e sobretudo essa aliança «contra natura» que tem feito à esquerda — tem criado dificuldades e reticências crescentes no PCF.

Não sei se existe um plano de natureza internacional relacionado não somente com Portugal, mas também com Angola. A imprensa portuguesa tem-se feito eco dele. O plano consistiria em empurrar para uma posição ainda mais rígida o PCP.

Não creio. Penso que a URSS tem jogado com sinceridade a



«détente» na Europa. Tem tido como linha permanente a preocupação de fazer da Europa uma zona relativamente tranquila. Ora a política do PCP, se fosse coroada de êxito, levaria justamente a pôr em causa essa zona de tranquilidade na Europa, e faria crescer de forma absurda as tensões entre o Leste e o Oeste no nosso Continente. Isso levaria a acreditar que as razões que explicam a política aventureirista do PCP são devidas aos próprios homens que constituem a direcção, à sua mentalidade e à sua formação. São comunistas da «velha guarda», que não participaram da evolução do movimento comunista internacional, nos últimos anos, particularmente na Europa Ocidental e depois do XX Congresso.

O PCP poderia ter sido o maior partido à esquerda»

EXP. — Antevê ao PCP transformações, em termos de estrutura e personalidades, de modo a pormenorizar uma linha que qualifique de concretizáveis, visões a ser supostamente em futuro próximo?

M.S. — Num prazo mais ou menos longo é inevitável que as transformações se vão dar, já que a orientação da direcção geral do PCP está a conduzir o movimento comunista português a um beco sem saída. Este facto não pode deixar de ter consequências profundas a nível dos hábitos. Se em Portugal se estabelecer uma democracia política nuno ao socialismo — como me convencido que acabará por se estabelecer — é evidente que o PCP tem que se preparar a suas eleições, e ficará numa

posição muito difícil. Cada vez mais verá a sua influência reduzida. O PCP teria tido condições — se tivesse tido outro comportamento político — de ser um grande partido nacional, talvez o maior partido da esquerda. E não é. Sucede mesmo que estamos em Portugal numa situação inédita em países latinos, visto que o PS tem uma implantação muito maior do que o PCP na classe operária e no proletariado rural, é três vezes superior na sua expressão eleitoral e mesmo maior na sua capacidade de mobilização de massas. Isso deve-se, sobretudo, aos erros tremendos cometidos pela direcção do PCP. E em política os erros pagam-se caro.

A curto prazo, não haverá alterações espectaculares, visto que o aparelho do PCP é muito sólido, e a direcção tem todo o partido nas mãos. É uma direcção que está solidária há dezenas

de anos. Não houve, desde há muitos anos, modificações no seio do Secretariado e do Comité Central. Fazem-se promoções extremamente lentas e depois de os militantes darem grandes provas de obediência aos controladores e de acastamento cego à linha política do partido, seja ela qual for. Isso faz, naturalmente, com que as reacções que venham da base do partido tenham poucas possibilidades de se repercutirem ao nível das cúpulas, a não ser que haja factores externos que possam condicionar essa própria evolução... O que também não é de excluir. Isto é: que haja da parte do movimento comunista internacional uma tal pressão que suscite modificações a nível da direcção do Partido Comunista. Assistimos a isso, noutro sentido, e aliás sem êxito, por exemplo em Espanha e outros países, sendo portanto possível que se dêem casos desses também em Portugal.

Da inviabilidade imediata de um golpe de direita

EXP. — A sua interpretação em relação à posição ou estratégia do Partido Comunista é substancialmente diferente da interpretação que tem sido dada em discursos pelo secretário-geral do PPD, que designadamente chegou mesmo a falar da ligação do caso português e do caso de Angola, de «uma estratégia envolvente comunista internacional que teria como ponto de apoio Portugal». Isso liga-se à sua afirmação, feita há bocado, da «rigidez» e da «crizada anti-comunista» do PPD. Pensa que essa rigidez, em primeiro lugar, é injustificável, e em segundo lugar, pode prejudicar o avanço da democracia em Portugal?

M. S. — Penso sinceramente isso. Penso que é injustificável. O PPD tem algumas vezes caído num anti-comunismo primário. A explicação estará talvez na circunstância de alguns dirigentes do PPD estarem hoje convencidos de que o vento está a soprar da direita. E neste ponto têm razão. Mas já não têm razão em fazerem uma adaptação demasiado oportunista a esse vento. Por outro lado, isso deve-se a não terem um conhecimento muito íntimo do PCP. O PS está melhor colocado para compreender o tipo de reacções do PCP, na medida em que temos uma grande prática de trabalho em comum, nos longos tempos da clandestinidade, antes do 25 de Abril.

EXP. — Não ignora que nas últimas semanas se tem falado lesitadamente em golpes e contra-golpes. Desta feita, foi um CVR das Forças Armadas que, em longo documento, veio detur-

ciar manobras militares que encobririam um golpe reacçãoário, e teriam lugar nos dias 7, 8 e 9 de Novembro. Como interpreta este clima de golpismo? Como vê a insinuação de um golpe de direita, de que tanto se tem falado em certos sectores políticos?

M. S. — Sinceramente tanto quanto posso fazer uma análise com os elementos de que disponho — não acredito na viabilidade de um golpe de direita articulado, com levantamentos de várias unidades, de tal forma que possa pôr em perigo a Revolução. Acredito na possibilidade de actos terroristas, de reacções pontuais, para criar perturbação, e para suscitar e desenvolver um clima de anarquia. A direita — a meu ver — tem-se servido de uma certa extrema-esquerda irresponsável para destabilizar a situação portuguesa. Quando se fala hoje em reacção, já se pensa muitas vezes em acções gratuitas da extrema-esquerda. Por exemplo, o acto de assalto à Embaixada de Espanha é uma provocação à nossa Revolução. Outros exemplos se poderiam dar, como o assalto à KR na véspera da partida do Presidente Costa Gomes para Roma, e como a manifestação junto do Patriarcado, quando se abriu o processo daquela emissora.

Certas atitudes extremas de anti-comunismo de dirigentes do PPD podem servir também a um plano de conjunto que vise a dar ao país a ideia da existência de um grande «complot» de direita, que hoje efectivamente ainda não há.

Admito que, dentro de alguns meses, se a situação se continuar a deteriorar nos planos social e económico, haja condições para um levantamento militar da direita ou mesmo da extrema-direita. O que é indispensável,

para salvar a Revolução, é evitar que o terreno se propicie para uma tal acção, não deixando deteriorar a situação económica e social e evitando o extremar de campos e a multiplicação das confrontações.

11 de Março: 2 golpes

Vimos, por exemplo, que o 11 de Março, cuja explicação total ainda não foi dada ao país, começou por ser uma tentativa de golpe fracassado do sector

chamado «spínolista», seguida, imediatamente, de um contra-golpe de esquerda que criou vários factos consumados. É, portanto, de prever que haja a ideia de poder repetir tal cenário — e já houve tentativas sérias para o repetir, que foram frustradas. Cumpre portanto ter a ponderação suficiente para que não voltem a acontecer nem os golpes nem os contra-golpes.

EXP. — E pensa que é possível, num período de tempo curto, voltar a verificar-se, como repetidamente dizem alguns documentos, um novo 11 de Março?

M. S. — Penso que será bastante difícil que isso possa aconte-

cer, porque neste momento o país inteiro está de sobreaviso para essa possibilidade e tem uma grande desconfiança, depois de toda essa intoxicação que foi feita em relação ao golpismo da direita e da esquerda.

EXP. — Portanto, em sua opinião, por um lado, verificar-se-ia infiltração de elementos direitistas dentro de organizações de extrema-esquerda que assim se poderiam eventualmente manobrar. Por outro lado, será que pensa que, como disse, certos dirigentes do PPD fazem objectivamente o jogo da direita, ou pensa mais que

há mesmo ligação entre eles e a direita castro-revolucionária?

M. S. — Evidentemente que eu não caio no simplismo de falar em jogo de direita objectivamente feito. O PPD é um partido sinceramente empenhado no jogo da democracia, e que quer a democracia, tanto os seus dirigentes como grande parte da sua massa. Mas, seguramente, há dentro do PPD elementos muito reacçãoários, que estão no PPD mas que poderiam estar, eventualmente, em partidos de extrema direita, se os houvesse, e esses influenciam no sentido de os campos se extremarem e radicalizarem.

Apoio à posição de Melo Antunes sobre Angola

EXP. — Como é que vê a resolução do problema de Angola? M. S. — É uma pergunta difícil, porque ela depende, ainda neste momento e nas vésperas da independência, de realidades concretas que se estão a mover, a modificar neste momento mesmo, em Angola. Há pouco, falando com o Primeiro-Ministro, ele estava ainda esperançado em se estabelecer um cessar-fogo e reabrir o diálogo entre os três movimentos. Isso seria do ponto de vista português, a melhor solução. Vejo com muita preocupação a internacionalização progressiva da guerra civil que existe em Angola. Não há dúvida de que, independentemente das afinidades e das simpatias que o Partido Socialista possa ter com um dos movimentos de libertação — e que data também de uma luta comum que foi feita nos tempos do salazarismo, contra o fascismo e o colonialismo — penso que é indispensável sobrepor aos problemas das preferências ideológicas o interesse nacional português. O Estado português chegou à negociação com os três movimentos de libertação, por uma razão pragmática, que era a necessidade de pôr termo à guerra que existia em Angola. Para isso era preciso negociar com as forças que a faziam, e em Angola efectivamente existiam três movimentos de libertação. Não eram movimentos fantoches, que surgiram apressadamente, como sucedeu em Moçambique. Portanto, nós pragmaticamente tivemos que negociar com esses três movimentos, independentemente das considerações políticas que fazíamos acerca do valor e significado de cada um deles. Foi nesse sentido que a diplomacia portuguesa trabalhou, com

a ajuda das Nações Unidas e da OUA. Como deve estar lembrado, nós contactámos com os três Movimentos, e su próprio logo no dia 2 de Maio de 1974 tive um encontro com Agostinho Neto — não esquecer esse facto — e desde aí sempre nos esforçamos por manter o diálogo em aberto com os movimentos de libertação. Em determinado momento, por intervenção dos Presidentes da República dos países limítrofes de Angola, realizou-se em Mombaça um encontro entre os dirigentes dos três movimentos de libertação, donde, graças à diplomacia portuguesa, se conseguiu chegar à Conferência de Alvor. Foi nessa conferência que nós reconhecemos a independência de Angola e fixámos o dia 11 de Novembro para a sua efectivação. Depois disso, a situação evoluiu desfavoravelmente, os movimentos entraram em luta, luta essa que está internacionalizada, na medida em que cada um dos movimentos recebe apoio de países estrangeiros. Naturalmente que a internacionalização dessa guerra não serve nem os interesses do povo angolano, nem de Portugal. Nestas condições, parece-me que a posição tomada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros na ONU é correcta, quando ele anuncia que o Estado Português se mantém fiel aos Acordos de Alvor e não se pode substituir ao povo angolano. Na medida em que nós reconhecemos a independência a Angola, é ao povo angolano a quem compete decidir dos seus destinos e não a nós por ele. O que devemos fazer é procurar enviar todos os esforços para estabelecer um clima de paz, de modo a que as nossas tropas possam abandonar Angola numa situação o menos perturbada possível.

EXP. — Sabe contudo que as palavras de Melo Antunes e a própria posição de Vitor Crespo foram muito contestadas pelo MPLA.

M. S. — Naturalmente. E não só pelo MPLA. Assim, por exemplo, nesta última semana, ao que podemos chamar uma interferência nos assuntos internos portugueses da parte de um organismo como o Conselho Mundial da Paz, no sentido de fazer pressão junto das instâncias governamentais portuguesas para o reconhecimento unilateral do MPLA como movimento

representativo de todo o povo angolano.

EXP. — Se porventura não há acordo dos três movimentos, qual é a posição que pensa que deverá tomar o Governo Português?

M. S. — Segundo os planos que tenho até agora visto expressos por responsáveis (como sabe desde Fevereiro deixei de pertencer à Comissão Nacional de

Descolonização, portanto só tenho as informações que me advêm de fontes exteriores aos centros de decisão) a ideia é a decisão. Se não houver acordo e a luta continuar, não é ao governo português que compete decidir tomando partido por um movimento contra os outros depois de os ter reconhecido como legítimos aos três.

Os erros de Spínola e as vantagens de Costa Gomes

EXP. — Se voltarmos atrás nesta conversa, e estabelecermos como marco o 25 de Abril de 1974, gostaria de lhe pôr algumas questões circunscritas à posição do Partido Socialista, desde então até esta parte, para saber se haveria (ou não) pontos a corrigir nos dados até este momento. Primeiro aspecto: se voltasse atrás, teria voltado a aceitar, em nome do Partido Socialista, fazer parte dum Governo em que fosse Presidente da República o General Spínola?

M. S. — Nesse momento o General Spínola tinha acabado de ser consagrado pelo MFA como Presidente da República, era a figura emergente da revolução do 25 de Abril. Não havia nenhuma razão para o PS, ou qualquer outro partido, suscitar o problema da escolha de outro Presidente da República. Viemos a verificar depois que o General Spínola cometeu alguns erros graves. Directos e indirectos. A meu ver, é responsável por

devios à legitimidade revolucionária. Aliás, foi ele que nomeou como Primeiro Ministro o General Vasco Gonçalves. Foi o General Spínola que, através dum avaliação errada da relação de forças existente criou artificialmente uma situação contra-revolucionária que redundou num avanço enorme da extrema-esquerda em 11 de Março, como já antes referi no 25 de Setembro. Se tivéssemos tido desde o início como Presidente da República o General Costa Gomes, admito que a Revolução teria seguido uma marcha mais regular, com novos golpes e contra-golpes.

EXP. — Pensa, portanto que o General Costa Gomes é o Presidente da República ideal para um processo político como o nosso?

M. S. — Não foi isso que eu disse. Apenas disse que, tanto quanto conheço dos dois Presidentes, pois trabalhei com ambos, se o general Costa Gomes fosse Presidente da República desde o início, certos sobressaltos que nós vivemos porventura não se teriam verificado. Por exemplo, o general Spínola em determinado momento quis es-

trar numa prova de força com a comissão coordenadora do MFA e com a esquerda, que lhe foi completamente desfavorável, e teve apenas como consequência arrastar o país para uma radicalização imediata. Viu-se isto durante a crise Palma Carlos, viu-se isto no 28 de Setembro...

EXP. — Logo de início o Partido Socialista pôs como condição para participar no Governo a presença do PCP. Se voltasse atrás teria feito exactamente a mesma coisa?

M. S. — Sem dúvida. Ainda hoje estou convencido que a participação do PCP no Governo é importante. Mas uma participação leal, sincera, que não seja um alibi, para melhor atacar, por dentro, o próprio Governo. O associar o Partido Comunista ao Governo não somente foi da nossa parte inteligente, como constituiu um contributo para uma evolução democrática. Aliás, tive ocasião de falar logo nos primeiros dias de Maio com dirigentes políticos europeus sobre este problema. Muitos deles puseram dúvidas. Na conversa que tive com Willy Brandt

Continua na p. 11

"A ala direita do PPD está mais à direita que dirigentes do CDS"

(Continuação da pág. 13)

— por exemplo — a esse respeito, ele compreendeu perfeitamente o meu ponto de vista. Tratando-se de um governo provisório, numa época revolucionária em que as instituições não estavam estabelecidas, era necessário associar nas responsabilidades do Governo um partido, que, bem ou mal, era o partido que emergia da clandestinidade mais estruturado e forte.

«O 25 de Abril foi feito porque o Exército não queria continuar a combater»

EXP. — Depois teve papel importante, quer como político quer como líder partidário, no processo de descolonização. Alguns políticos do centro e da direita criticam agora o seu papel atribuindo-lhe alguma quota parte da responsabilidade do que passou que foi o deficiente processo de descolonização. Qual é a sua opi-

nião sobre isso?

M. S. — Estou convencido que vou ter oportunidade em anos mais calmos de justificar a política de descolonização a que estou ligado e de que fui senão o propulsor principal pelo menos o iniciador, à partida logo no 1.º Governo Provisório. No dia em que tomei posse do Ministério dos Negócios Estrangeiros parti para Dakar, ao encontro de Aristides Pereira, chefe do PAIGC. Foi aí que se começou a descolonização. E depois, com grande rapidez, continuei esse movimento de contactos para a descolonização, tendo tido dificuldades com o General Spínola, (no momento era o PS que tinha essas dificuldades, e eu próprio, e não o Partido Comunista, que nessa altura mantinha relações muito cordas com o general Spínola). É de certo cedo para fazer a história, mas estou convencido de que a descolonização, inicialmente e nas suas grandes linhas, se processou duma maneira equilibrada, e que merece e merece o elogio de todos os observadores internacionais. Não podia ter sido feita porve-

luta doutro modo, nem com tanta rapidez, nem duma maneira tão segura em defesa dos interesses nacionais, se partirmos do ponto de vista de que quando o 25 de Abril surgiu, a guerra estava militar e diplomaticamente perdida em todas as frentes, e que o 25 de Abril foi feito, justamente porque o Exército português não queria continuar a combater e porque sabia que as guerras coloniais não tinham solução militar. Tinha que se lhes encontrar uma solução política. Foi isso que nós fizemos, em circunstâncias difíceis de negociação. A margem era muito estreita, até sa medida em que a alternativa era a continuação da guerra — e os movimentos de libertação sabiam-no — que ela era para nós impossível. De qualquer maneira, nós negociámos com os movimentos de libertação ressaltando os interesses nacionais, na medida em que isso não foi possível. Se posteriormente se cometeram alguns erros e se foram feitas algumas transigências maiores, isso já não foi da responsabilidade dos negociadores iniciais.

Spínola responsável do «Golpe Palma Carlos»

EXP. — Ainda numa primeira fase pós-25 de Abril ocorre o chamado golpe Palma Carlos. Para si em que é que consistia fundamentalmente esse golpe?

M. S. — Esse golpe consistiu na tentativa de quebrar a solidariedade e a unidade do MFA e concenrar o poder político nas mãos do general Spínola.

EXP. — Na sua opinião, poderá ter tido alguma influência na evolução subsequente do processo, no que depois aconteceu?

M. S. — Naturalmente que sim. O general Spínola fez uma apreciação errada da relação de forças em presença. Supervaloriçou os seus apoios e a sua força, e minimizou a força da Comissão Coordenadora, que viria a ser o MFA, e dos partidos políticos. Empurrou o Prof. Palma Carlos

para uma aventura de que ele apareceu aos olhos do país como responsável, mas cuja responsabilidade foi fundamentalmente do general Spínola. E aproveitou aqui para lhe dizer que tem que se fazer justiça ao prof. Palma Carlos, que, remetendo-se ao silêncio, assumiu responsabilidades que não lhe competiam, a meu ver.

EXP. — Depois ocorre o 28 de Setembro. Vendo também retrospectivamente o que sucedeu, haveria um golpe de direita previsto para o 28 de Setembro, com naquela altura se considerou? E depois qual foi o resultado palpável do 28 de Setembro?

M. S. — Quando sucedeu o 28 de Setembro, eu não estava em Portugal. Por isso não vivi o ambiente dessa semana que precedeu o 28 de Setembro. A meu ver o 28 de Setembro foi uma segunda prova de força de certos grupos de direita que se escondiam por detrás do general Spínola e do MFA. Aí, também o

general Spínola cometeu um segundo erro. Eu não acredito que a chamada manifestação da «maioria silenciosa» fosse um golpe no sentido clássico, contra as instituições, mas a verdade é que o general Spínola queria conseguir um apoio claro e uma base de força que lhe permitisse marginalizar a Comissão Coordenadora e o MFA. É a repetição da tentativa que tinha feito em Julho, cometendo mais ou menos os mesmos erros. E depois, renunciando ao seu cargo, criou uma comocão no país que é conhecida. Diz o general Spínola agora que fez um discurso em que previu a situação de dificuldade e o caos em que o país veio a cair. Isso em parte, é exacto, mas a verdade é que se ele tivesse actuado com maior sentido político, com mais sentido de democracia, ele teria porventura evitado essa situação que nessa altura denunciou por antecipação, e que veio a verificar-se.

Relembrando a cisão de Manuel Serra

EXP. — No começo do ano de 75 verifica-se a realização do Congresso do Partido Socialista, que serve — segundo a interpretação de muitos observadores — como um teste às duas linhas de orientação dentro do Partido. Qual é a visão sobre o que foram os antecedentes desse Congresso, e foram depois os consequentes da saída dos elementos que vieram formar a Frente Socialista Popular?

M. S. — Em primeiro lugar não houve oposição entre duas linhas, porque como sabe duas linhas de orientação têm que se formar em torno de duas políticas coerentemente definidas. A linha política do Partido foi definida num Relatório introdutivo que eu fiz ao Congresso, em nome do Secretariado que saía, e que apresentava a sua demissão ao Congresso, onde se iria proceder a novas eleições. E essa linha definida no relatório foi aprovada pela esmagadora maioria de todos os congressistas, com apenas três abstenções; portanto não houve nenhum debate ideológico, nem houve nenhuma clivagem dentro do Congresso entre duas linhas. O que houve foi a tentativa de uma operação interna, em que um grupo de membros do Partido Socialista agrupados em volta do Manuel Serra, tentaram tomar

posições dominantes no Secretariado do Partido, para depois infectar antidemocraticamente a linha política do Partido já aprovada pelo Congresso. Aliás, devo dizer-lhe que só dei por isso no dia em que o Congresso abriu. Quando tomei contacto directo com o ambiente que ali reinava, e verifiquei que os serviços de segurança do Partido, montados pelo Manuel Serra, assumiam posições de hostilidade em relação à direcção do Partido legitimamente eleita em anteriores assembleias democráticas.

Mesmo na eleição da Comissão Nacional certas personalidades, como o Zenha, o Lopes Cardoso e outras figuras do Partido, apreciavam em ambas as listas. Portanto, para a maior parte dos congressistas não ficou claro, senão «a posteriori», o sentido da operação que se tinha tentado fazer dentro do Congresso. Essa operação foi comandada do exterior, como se veio a esclarecer depois. A saída do grupo, a cisão feita pelo Manuel Serra, não teve importância no Partido — pelo contrário, provocou uma clarificação que só reforçou a unidade do Partido e que veio a dar-lhe uma grande força, de modo que foi, digamos, uma sangria salutar. Saíram apenas até agora 3000 militantes, o que é muito pouco para um Partido de 80 000.

EXP. — A explicação que houve na altura fazia um paralelo entre o que sucedia no Congresso do Partido Socialista, e o que

sucedera no Congresso do MES. Pensa que realmente houve um certo paralelismo entre a posição de certos grupos de militantes das duas organizações?

M. S. — É possível que dentro do MES tivesse havido também uma operação de submarinos, como se costuma dizer. Não tenho a certeza. De qualquer maneira, o Congresso do MES foi um congresso à porta fechada e toda a «cozinha» do Congresso do MES foi feita fora dos olhos do público. O nosso foi um congresso vivo, em que todos os órgãos de informação estiveram presentes desde o primeiro dia. Acho que o Congresso constituía um momento alto da vida do Partido Socialista e deu possibilidade de todos os partidos amigos do Partido Socialista poderem verificar como é que nós actuávamos.

EXP. — Recordo-me que numa entrevista que deu ao «República», há já largos meses, ter referido a «eventualidade da existência do que chamou «submarinos» ao PPD. A que é que se referia?

M. S. — Sabe que em determinados períodos da vida política actual falou-se que havia linhas de clivagem dentro do PPD, e que uma dessas linhas podia ter um significado próximo daquela que foi a que se veio a verificar com a cisão do Manuel Serra. Isso entretanto não se verificou, isso não veio a público, e portanto, acerca do que disse nessa altura, não posso adiantar mais nada.

PS: direcção e bases

EXP. — O Partido Socialista, com a questão da unicidade sindical, veio de facto a marcar o seu primeiro momento de afirmação como partido nacional. Se voltasse atrás, o Partido Socialista voltaria a definir da mesma forma a posição que assumiu naquela altura?

M. S. — Penso que sim. Ai não temos nada a crer. A posição que o Partido tomou foi uma posição correcta, que mereceu o apoio e compreensão das classes trabalhadoras, sendo justamente a base operária do nosso país que nos impôs essa luta contra a unicidade sindical. E pela primeira vez, elementos responsáveis do MFA compreenderam que nessa questão da unicidade — em que eles foram empurrados — estavam a ser manipulados pelo Partido Comunista.

EXP. — E contudo, naquela ocasião houve forças políticas que disseram que havia uma divergência entre a direcção do Partido, e as bases, fazendo a direcção abusivamente uma opção que não correspondia aos interesses das bases, pelo menos das operárias...

M. S. — Isso teria sido uma das agressões vindas do exterior contra o nosso partido, mas que tem beneficiado o Partido Socialista. Nós estamos extremamente agradecidos. Desde alguns elementos do MFA, como o Almirante Rosa Coutinho, passando por elementos de diversos partidos políticos — o próprio Partido Comunista — têm contribuído, mas do que todos os outros, para reforçar a unidade no Partido. É uma reacção natural e salutar. A verdade é que as cúpulas do Partido Socialista são eleitas democraticamente, e se as bases do Partido Socialista não estivessem de acordo com os seus dirigentes, tinham meios para os destituir. Até agora isso não sucedeu, o que prova que existe um acordo entre as bases e as cúpulas do Partido Socialista.

Neste momento, e ao contrário do que julga o Partido Comunista, existe ao nível das bases — pelos conflitos que se têm levantado em todo o país, e sobretudo nos locais de trabalho — uma alergia muito maior das bases do Partido Socialista à direcção do Partido Comunista, do que ao nível dos dirigentes, que continuam a ser capazes de sobrepor a todas as dificuldades a necessidade do diálogo.

EXP. — Falando-se em eleição de dirigentes, prevê-se para breve um novo Congresso do Partido Socialista?

M. S. — Bem, os Congressos do Partido Socialista, estatutariamente são bienais. Em princípio, o Congresso do nosso partido deverá realizar-se em Dezembro de 1976.

EXP. — Há quem faça a análise do Partido Socialista decompondo-o em três alas: uma ala social-democrata, uma ala de esquerda intelectual e uma ala obrerista. O que é que pensa desta divisão, e onde se coloca perante ela?

M. S. — Eu penso que se tem falado demasiado de alas dentro do Partido Socialista, mas a verdade é que mais do que tendências dentro do Partido, existem sensibilidades. Há camaradas meus que têm uma sensibilidade muito viva em relação à esquerda, e tudo o que se faz contra a esquerda; há camaradas meus que são extremamente aliciosos ao Partido Comunista e tudo quanto cheira a uma subordinação do Partido Socialista, de perto ou de longe, ao Partido Comunista ou pôe logo em estado de alerta.

Não se definiram até agora de uma maneira clara alas no nosso Partido, e sucede que as votações se fazem sem ser em bloco. As pessoas votam segundo as suas opiniões, não havendo porém tendências organizadas dentro do Partido Socialista. Há camaradas nossos que, antes de serem dirigentes do Partido Socialista, foram elementos com certas responsabilidades no Partido Comunista. Existem outros camaradas no PS que têm uma formação católica, que vieram do catolicismo para o socialismo, e muitos deles seguem hoje! a teoria marxista. Há ainda outros camaradas que sublinham preferencialmente o marxismo. Não creio que exista uma corrente social-democrata dentro do Partido. Há, sim, uma corrente dentro do PS que acentua muito a importância da liberdade dentro do socialismo, e há camaradas que têm uma formação humanista que os leva a acentuar com muito vigor a importância dos direitos do homem e a criação de um verdadeiro Estado de Direito.

Portanto, mentalidades, formações um pouco diversas mas que se fundem numa orientação que é comum, no respeito que todos têm pelo programa do Partido, pela linha concreta que o partido tem levado à prática.

Ala direita do PPD UDR, alguns CDS giscardianos

EXP. — Não obstante, há observadores que fazem dois comentários. O primeiro é o de que, por exemplo na Constituinte, tem sido possível ver leituras diferentes dos vários acontecimentos políticos por parte dos deputados socialistas, e daí a tendência para os arrumar em alas.

Por outro lado, há quem pense que o Partido Socialista poderá, por virtude do reajustamento do quadro político português, vir a social-democratizar-se, ou seja vir a ocupar o espaço político paralelo ao das social-democracias europeias (embora talvez mais radical), até porque isso seria mais fácil com a destituição do PPD para a direita deixando espaço livre para que o PS ocupasse essa posição de esquerda social-democrata.

M. S. — Eu devo dizer que é mais difícil definir o espaço político do PPD do que do PS. Eu suponho que o PS tem um espaço político bem delimitado, que se pode alargar ou diminuir (isso depende de muitas circunstâncias), mas que é um espaço claro. Quanto à possibilidade do PS entrar numa via social-democrata, não penso que isso seja possível mesmo porque o Partido Socialista tomou uma

posição muito clara contra a social-democracia. Mas sobre o que é a social-democracia nós um dia teremos que nos entender, porque, como em todos os sectores da actividade humana, existem, em matéria política certas expressões que tomam um conteúdo o qual evolui com as realidades políticas, tomando, por vezes, um sentido pejorativo que não deveriam tomar. É o caso da expressão «social-democracia» para a esquerda portuguesa. Isso deve-se a certos factores. Em primeiro lugar, em alguns países de tradição latina, a social-democracia nunca se radicou. Não existe social-democracia, em termos significativos, em França, não existe na Itália, não existiu na Espanha, penso que não existirá em Portugal. Dir-lhe-ia mesmo que o PPD, para mim, não é um Partido Social-democrata. Não é um partido social-democrata porque, em países do norte da Europa, onde têm efectiva força e pujança, os partidos social-democratas são partidos essencialmente operários, com uma, base sociológica que é dada pela classe trabalhadora, e fora da social-democracia os operários não têm espaço. Não é o caso do PPD. Para mim o Partido Popular Democrático não é social-democrata e isto foi um equívoco que se estabeleceu desde o início, quer no plano internacional, quer no plano nacional e que

pode trazer, um dia, consequências inesperadas para o PPD. O Partido Popular Democrático, é efectivamente um partido liberal. Naturalmente que há no PPD uma ala esquerda que está próxima do Partido Socialista, a ponto de haver personalidades dentro do Partido Popular Democrático que poderiam perfeitamente estar dentro do Partido Socialista. Mas tem uma ala de direita que não se diferencia muito do CDS ou, se tem diferenças, são as de estar mais à direita do que alguns dirigentes do CDS. Se eu quisesse dizer onde estão os conservadores modernos da nossa terra, por exemplo, os homens que terão uma correspondência com o Giscard d'Estaing, ou dir-lhe-ia que se encontram no CDS. A meu ver, essa ala direita do PPD está mais próxima da U.D.R. do que dos Republicanos Independentes, para citarmos o caso francês. Nós sempre dissemos que a social-democracia não tem viabilidade em Portugal. Evidentemente, que é muito difícil fazer distinções entre social-democracia e socialismo democrático. O que me parece importante é que não era possível constituir um partido de base operária em Portugal accionado pela social-democracia que nunca se implantou em Portugal. Por isso, em 1964, logo quando começamos a pensar em formar um partido socialista, iniciando a

Ação Socialista Portuguesa, sempre dissemos que não eramos um partido social-democrata, mas sim um partido socialista, à semelhança dos partidos socialistas italiano, francês, espanhol, que teria uma base sociológica real de trabalhadores (o que é essencial para a constituição de um partido socialista na Europa do Sul ou dum partido social-democrata na Europa do Norte).

EXP. — Só um parêntese a correrão da opinião que exprimiu em relação ao PPD ao objectivo que o Partido Socialista tem para a sua entrada na Internacional Socialista, por não o constituir um partido social-democrata?

M. S. — Não é só por isso. Mas por entendermos que se representamos dum modo bastante mais completa que qualquer outro partido (portanto que o PPD) a linha social-democrática em Portugal, de modo que pensamos que não há nenhuma razão positiva para que haja duas representações portuguesas dentro da Internacional Socialista. Essas representações só existem em dois casos, no caso da Itália e do Japão, e foram resultado de crises anteriores. Não é o caso do PPD, que não tem nenhuma possibilidade real de, como PPD, entrar na Internacional Socialista.

A «colagem» do PS aos 9?

EXP. — Indo novamente para o panorama político geral e para os Nove. Há quem diga que os Nove, não sendo uma alítraxia de esquerda, teriam de ser necessariamente um caminho de derapagem para a direita. Este é um argumento que se tem vindo a repetir. Por outro lado, há quem critique o PS de se ter «colado» aos Nove. Que dizer, os Nove teriam tido uma mensagem e o PS na sua voracidade de aparecer como eixo da vida política portuguesa — sobretudo depois das eleições — colou-se aos Nove, diminuindo um pouco o seu espaço de manobra. Que pensa destas duas questões?

M. S. — Em primeiro lugar, quero dizer que acho injusta a expressão que utilizou de voracidade. Aproximo essa expressão dum que empregou o dr. Alvaro Cunhal quando disse que o Partido Socialista tinha muita guloseima de postos ministeriais. Verificou-se posteriormente que o Partido Socialista não tinha guloseima nenhuma, e a verdade é que, tendo sido convidado para formar um Governo, socialista, não o quis fazer, da mesma maneira que não há voracidade do Partido Socialista em se colar ao MFA. Durante muitos meses difíceis houve muita gente que criticou o Partido Socialista por ele ser demasiado severo para se colar ao MFA, e justamente não se colou ao MFA. Devo dizer-lhe mesmo que a nossa posição em relação ao MFA foi sempre bastante mais independente que a do PPD, não obstante hoje o PPD ter tomado, depois do regresso do dr. Sá Carneiro, posições de crítica àspera a certas orientações do MFA. A verdade é que o PS nunca se quis colar aos 9. O que houve foi uma convergência de pontos de vista que resultaram de uma evolução paralela, mas que não tiveram

nada de concertado, entre o chamado Grupo dos 9 e o Partido Socialista. Posso dizer-lhe que no mesmo dia surgiram dois documentos: o dos Nove e o do Partido Socialista — a carta que eu escrevi ao Presidente da República — e posso garantir-lhe que não houve conhecimento prévio de parte a parte. Nós consideramos que existe uma legitimidade dentro do MFA, essa legitimidade teve dois desvios — o desvio spinolista e o desvio gonalvista — e que os Nove, mas não somente os Nove, o Almirante Pinheiro e o Presidente da República, representam a legitimidade do MFA. Quero com isto dizer uma revolução democrática que põe o seu acento inicial na descolonização, que pretende caminhar no sentido do desenvolvimento do país, da sua democratização, a caminho do socialismo, através de uma via democrática e pluralista. Isto é o extracto fundamental das ideias que de facto formam o cimento entre os homens do MFA, e nós, PS, estamos de acordo com elas; não se trata de os enforcarmos para estar de acordo com elas. Estamos naturalmente de acordo.

EXP. — Quer dizer que o Partido Socialista acredita — e joga — na chamada via dos Nove. A via que começou a ser definida

pelo Documento dos Nove?

M. S. — Nós consideramos que o Documento dos Nove representa a legitimidade do MFA, e é o caminho para institucionalizar uma democracia que marche para o socialismo em Portugal.

EXP. — Qual é a posição do PS em relação a esta frente anti-fascista e anti-social-fascistas que parece formar-se no MFA?

M. S. — Conheço muito mal, como, aliás, tanto o gente neste país, de onde é que vem essa frente, onde é que nasceu e quem é que a constitui.

EXP. — Falou, há pouco, no papel que tinha tido o PS, quando entendeu que havia um desvio gonalvista ao processo revolucionário em curso. Efectivamente o Partido Socialista teve um papel relevante nessa campanha contra o gonalvismo, mas não terá corrido o risco de ter levantado uma vaga anti-comunista?

M. S. — Não, porque nós sempre distinguimos entre a política aventureirista do PCP e o problema do comunismo, que é diferente, quer no plano nacional, quer no plano internacional. Nós, por exemplo, sempre distinguimos entre a polémica que nos opõe ao Partido Comunista, e as relações com a União Soviética, que respeitamos como potência internacional. Foi eu como ministro dos Negócios Estran-

geiros que iniciou a política de muitos pontos de convergência. Naturalmente que se o Partido Comunista aqui fosse um Partido Comunista à italiana o Partido Socialista era um partido bastante mais pequeno e muitos dos nossos quadros eram capazes de estar no Partido Comunista Português. Sem dúvida que os erros do PCP beneficiaram extraordinariamente o Partido Socialista. Mas não evanca fronte anticomunistas, pois consideramos que ser anticomunista se responde a ter posições de direita. Por isso temos visto com algum desgosto que alguns dirigentes do PPD tenham desfaldado essa bandeira ao vento que está soprando neste momento em Portugal.

abertura em relação aos partidos comunistas, e não estou de maneira nenhuma arrependido do que ter feito. Penso que essa é uma das direcções da nossa política externa. O facto de termos a política aventureirista do PCP não quer dizer que não pensemos sempre que o PCP é importante para a democracia portuguesa, dialoicamente importante. Nós gostaríamos de ter aqui um PCP que fosse diferente do que é, que fosse próximo do PCI ou do PCE, partidos com os que mantemos um diálogo permanente, e com os quais tem

PS: Sim às legislativas

EXP. — Qual é a posição do PS em relação à realização de eleições legislativas dentro dos prazos de 60 dias depois de aprovação da Constituição?

M. S. — Consideramos que essas eleições são essenciais porque não pode haver democracia sem sufrágio universal, portanto eleições a nível nacional — legis-

lativas —, e eleições a nível municipal. Entendemos que depois de aprovada a Constituição essas eleições se devem realizar. Tenho visto e lido em alguns jornais que o Partido Socialista tem estado singularmente calado em relação a essas eleições, e que admite a possibilidade de transformar a Assembleia Constituinte em Assembleia Legislativa. Não há nenhum texto do PS que o diga. Pelo contrário, nós sempre fomos partidários das

eleições como um facto normal na vida política democrática normal. O Partido Socialista, está nada preocupado com as próximas eleições, antes somos muito optimistas em relação às eleições, e, de passagem, não acreditamos nos eos e sondagens que têm aparecido no seu jornal, e que dão o PS em subida vertiginosa e em catapignação. Francamente não essas as informações que temos em matéria de sondagens

A Igreja e o ensino livre

EXP. — Falando em Constituição, alguns sectores têm criticado a orientação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, acusando-o, de esquerda, de nem sempre votar opções de esquerda, se resistem a acusações de marxizar em excesso a Constituição. E, concretamente, houve agora um diferendo com a Igreja acerca do Ensino livre. O que pensa sobre essa questão?

M. S. — Penso que a Igreja não tem razão, quando alguns órgãos da Igreja, concretamente quando o «Nova Terra» vem dizer que o PS não defendeu devidamente a liberdade reli-

giosa, o ensino e a prerrogativa da Igreja de manter escolas suas. Sempre nos afirmamos defensores da liberdade religiosa e do direito da Igreja a exercer a sua missão espiritual, a ter os seus jornais, a ter a sua Rádio, a ter as suas escolas. Penso, que o texto que foi aprovado na Constituição ressuava esse direito fundamental da Igreja e não cria nenhuma dificuldade à Igreja, no meu ponto de vista. De resto, penso que um dos fenómenos originais em Portugal (extremamente importante na nossa revolução) é que o Partido Socialista se esforçou e se esforça por manter em aberto um diálogo com a Igreja Católica, considerando que a Igreja Católica tem uma grande importância social em Portugal. Uma das tragédias da 1.ª Re-

pública foi o conflito entre o Estado e a Igreja e foi por isso que nós conseguimos evitar que esse conflito tomasse uma expressão grave quando ocorreu, concretamente, o caso da Rádio Renascença. Antes das eleições de Abril de 75, alguns meios mais conservadores da Igreja, sobretudo o Minho e Trás-os-Montes, diziam que os comunistas e os socialistas eram irmãos e que não se podia distinguir entre socialistas e comunistas porque todos eram marxistas. Nós não negamos o parentesco da doutrina que existe entre os comunistas e os socialistas, mas reivindicamos o respeito pelas liberdades e pelas crenças, respeito que é, da nossa parte, inteiramente sincero. E estamos convencidos que na Igreja que conta em Portugal, no povo

que segue os ensinamentos da Igreja Católica, e na Igreja-instituição, há o sentimento generalizado de que os socialistas são democratas, e que sabem respeitar as crenças dos outros. Portanto não há nenhum antagonismo entre a Igreja e o Partido Socialista, e firmemente assim é. Podemos até ter um diálogo extremamente fraterno e extremamente importante, como se verificou por exemplo, e duma maneira marcante, quando a Associação Amigos Sérgio organizou o Colóquio Socialista e tivemos a grata oportunidade de colóquio com o Bispo do Porto e do actual Bispo de Setúbal, que nas nossas discussões puderam, portanto, fazer ouvir os seus pontos de vista com o respeito e carinho que lhes é devido.

Autocrítica

EXP. — Querias pôr mais uma questão. Numa autocrítica rápida, em termos de Partido, quais os grandes pontos positivos deste ano e meio de actividade do PS, e também os pontos que considera negativos.

M. S. — O Partido Socialista, neste ano e meio, tornou-se a meu ver credor do respeito do país por ter sido, em primeiro lugar, o grande defensor das liberdades públicas em Portugal. Parece que isso hoje é inconcebível. Espero que possa vir a tornar-se credor do respeito do país por ser o partido que, na sua posição de abertura, de tolerância no diálogo, possa evitar uma confrontação armada em Portugal. Será por isso, também, o Partido defensor da paz e da convivência cívica entre os portugueses.

Claro que o PS cometeu erros, como todos os outros partidos, fez análises que não corresponderam à realidade, em muitos casos não teve nem a força nem a capacidade para se opor à demagogia reinante, e para fazer respeitar a autoridade do Estado.

Temos muitas deficiências de carácter organizativo, temos carências que poderíamos ter remediado e não remediámos em tempo oportuno, e sobretudo não fomos capazes de formar todos os quadros intermédios, que deverão assegurar o pleno rendimento da máquina partidária. Mas, a saúde do partido

é boa, e existe cá dentro fraternidade e tolerância, que parece que não são muito comuns noutros partidos, e que, a meu ver, sintetizam muito bem com a índole portuguesa.

EXP. — Contudo, fala - se imenso de uma crise no interior do Partido Socialista...

M. S. — Não vejo que haja nenhuma crise, nem sequer de crescimento...

EXP. — Esteve, há uma semana, na Madeira. Tratou-se da «conquista eleitoral» do Arquipélago pelo PS?

M. S. — A nossa deslocação à Madeira constitui facto inédito nos anais da História de Portugal, na medida em que 34 deputados, ao mesmo tempo, se deslocaram sequela ilha para convivirem directamente com os naturais e estudarem os problemas político, económico e sociais da Madeira. Isso mostra

o interesse que dedicamos às ilhas Atlânticas, e o propósito em que nos encontramos de obter resultados eleitorais que estejam em coincidência com aqueles que obtivemos no Continente. Não acceitaremos, sem luta, a posição de segundo partido nas ilhas atlânticas. Somos partidários de uma larga autonomia, mas consideramos que o separatismo não tem base real e resulta antes de divergências políticas entre as ilhas e o continente.

EXP. — Tencionas fazer publicar brevemente algum livro, como se diz por aí?

M. S. — Vai sair em França, de diálogo teso entre o jornalista do LE MONDE, Dominique Pouchin e eu próprio acerca da revolução portuguesa.

EXP. — Que espera do «face» com o dr. Álvaro Cuba

organizado pela TV?

M. S. — O esclarecimento público de alguns dos aspectos fulcrais da actual crise do país, o confronto entre os pontos de vista dos dois partidos — Socialista e Comunista — acerca da nossa Revolução e das suas perspectivas e, finalmente, a elucidação dos problemas mais aporados do nosso contencioso e as concessões necessárias (de parte a parte) para o superar, e se termos venho a crise a salvar a Revolução.

Não se trata de um combate de boxe ou de um torneio político. Trata-se de um debate político que desejaria ser elevado e sobretudo esclarecedor do Povo — que é o nosso juiz — não cacemotando perante as interrogações que se fazem nos espíritos de toda a gente.